

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Bauru
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC)
Departamento de Comunicação Social
Bacharelado em Relações Públicas

BEATRIZ LONGHI DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA: ESTUDO DE
CASO SOBRE A CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DE ALEXANDRIA OCASIO-
CORTEZ**

BAURU

2021

BEATRIZ LONGHI DE MORAES

**A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA: ESTUDO DE
CASO SOBRE A CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DE ALEXANDRIA OCASIO-
CORTEZ**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Arquitetura,
Artes e Comunicação como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Relações Públicas pela
UNESP - Campus de Bauru, sob
orientação da Prof^a Dra. Raquel Cabral.

BAURU

2021

BEATRIZ LONGHI DE MORAES

**A importância da representatividade na política: Estudo de caso sobre a
campanha de comunicação de Alexandria Ocasio-Cortez**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Raquel Cabral

Docente do Departamento de Comunicação Social FAAC/Unesp
Orientadora

Profª Ms. Alana Nogueira Volpato

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação
FAAC/Unesp

Profª Ms. Nayara Kobori

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação
FAAC/Unesp

Bauru, janeiro de 2021

*“Você tem que agir como se fosse possível
transformar o mundo radicalmente. E você
tem que fazer isso o tempo todo”*

Angela Davis

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, com quem orgulhosamente compartilho a experiência de ser estudante da Unesp e por quem tenho gratidão eterna por tudo o que me proporcionou e por ter me conduzido até aqui. Ao meu irmão, que me levou à escola segurando a minha mão tantas vezes e que, ao longo dos anos, me ensinou que eu deveria fazer algo de que eu me orgulhasse. E à minha irmã, por ser entusiasta de todas as minhas ideias e sempre acreditar em mim.

Agradeço também aos meus amigos, família que construí em Bauru, pelo companheirismo e carinho compartilhados nesses anos.

Agradeço à minha orientadora, Raquel Cabral, por ter sido uma professora tão humana nestes quatro anos de aprendizagem e por ter aceitado me orientar neste trabalho.

E agradeço, enfim, à Universidade Estadual de São Paulo “Júlio Mesquita Filho”, a Unesp, pelo grande desafio que, ao me ser apresentado, me transformou em uma pessoa melhor.

RESUMO

Frente ao cenário atual da comunicação de campanhas políticas, muitas vezes, atravessado pela violência estrutural e cultural, é necessário refletir sobre o discurso que permeia os espaços de tomada de decisão e se neles há uma representatividade democrática. Partindo dessa reflexão, este trabalho tem como objetivo geral refletir e problematizar as relações de poder com foco nas questões de gênero e raça que permeiam os discursos produzidos pela campanha de comunicação da deputada estadunidense Alexandria durante as eleições de 2018, a fim de discutir a presença da mulher no cenário político tradicionalmente masculino e branco. Em complemento, pretende como objetivo específico analisar os discursos produzidos em cinco vídeos veiculados pela campanha de comunicação da referida deputada durante o período de maio a junho de 2018 por meio do método de análise de conteúdo mediante categorias analíticas pautadas no Jornalismo para paz, que oferece uma perspectiva de análise crítica da comunicação. Para a execução desses objetivos foram utilizadas as metodologias de pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo e estudo de caso. Os principais resultados do trabalho apontam a compreensão de que o discurso produzido por Alexandria Ocasio-Cortez possui alguns alinhamentos com os princípios do Jornalismo para a paz, e de que a representatividade política exige diversidade para atender aos fundamentos centrais de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Discurso. Comunicação. Política. Alexandria Ocasio-Cortez. Estados Unidos.

ABSTRACT

In face of the current political campaigning communication scenario, multiple times crossed by the structural and cultural violence, it is necessary reflect over how discourse pervades the decision making spaces and if there is democratic representation in them. From that reflection, the present work has the goal to ponder and analyze the power relations focused on matters of gender and race, that permeate the discourses produced by United States' congresswoman Alexandria's communication campaign during 2018 elections, in order to discuss the female presence in the political scenario traditionally male and white. In addition, we intend to further analyze the discourse of five videos broadcasted by the communication campaign of said congresswoman from May to June of 2018 through the approach of content analysis, through analytical categories dictated by Peace Journalism, which offers a critical perspective of communication. For the implementation of such goals, we used the methodologies of bibliographical research, content analysis and case study. The main results of this work point towards the comprehension that the discourse produced by Alexandria Ocasio-Cortez is aligned to the principles of Peace Journalism, and that political representation demands diversity to serve the fundamental values of a democratic society.

Key-words: Discourse; Communication; Politics; Alexandria Ocasio-Cortez; United States.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Candidatas mulheres para o Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.....	43
Figura 2 - Porcentagem de mulheres entre todos os candidatos para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.....	44
Figura 3 - Porcentagem de mulheres de cor entre todas as candidatas mulheres para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.....	45
Figura 4 - Porcentagem de mulheres indicadas para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, categorizadas por raça.....	45
Figura 5 - Cartaz de campanha de Alexandria Ocasio-Cortez em 2018.....	46
Figura 6 - Print da capa do vídeo 1, “Political Courage”	48
Figura 7 - Print da capa do vídeo 2, “Alexandria Ocasio-Cortez featured on NowThis”	50
Figura 8 - Os sapatos usados na campanha de 2018 de Alexandria Ocasio-Cortez.....	53
Figura 9 - Print da capa do vídeo 3, “The courage to change”	55
Figura 10 - Print de capa do vídeo 4, “What She’s Fighting For”	56
Figura 11 - Print de capa do vídeo 5, “It gives me hope for the future”	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo entre o Jornalismo para Paz e o Jornalismo de Guerra/Violência de Johan Galtung.....	41
---	----

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Relações Públicas, Discurso e Democracia	12
3. A violência no discurso político e na história dos Estados Unidos com foco em gênero e raça.....	24
3.1 Estados Unidos: uma história de gênero, raça e classe	25
3.2 O processo de formação de identidades sociais com foco em gênero e raça.....	29
3.3 A identidade latino-americana nos Estados Unidos.....	32
4. Estudo de caso: a campanha de comunicação de Alexandria Ocasio-Cortez	39
4.1 Metodologia.....	39
4.2 Contextualização.....	42
4.3 Análise dos textos veiculados em cinco vídeos da campanha de comunicação de 2018 de Alexandria Ocasio-Cortez, candidata à deputada ao Distrito 14 de Nova Iorque	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO I – Transcrição do conteúdo do vídeo 1 “Political Courage Alexandria Ocasio-Cortez”	67
ANEXO II – Transcrição do conteúdo do vídeo 2 “Alexandria Ocasio-Cortez featured on NowThis”	68
ANEXO III – Transcrição do conteúdo do vídeo 3 “The Courage to Change Alexandria Ocasio-Cortez”	69
ANEXO IV – Transcrição do conteúdo do vídeo 4 "What She's Fighting For" Alexandria Ocasio-Cortez”	70
ANEXO V – Transcrição do conteúdo do vídeo 5 "It gives me hope for the future"	71

1. Introdução

A sociedade foi construída e é transformada pelos significados que permeiam todas as suas esferas. A comunicação, elaborada pelo discurso, é uma atividade influente que tem o potencial de transformar ou perpetuar o *status quo*, uma vez que “nenhuma ideia ou opinião é um fator isolado, pois elas são sempre influenciadas por tudo que veio anteriormente, pelos hábitos, pela cultura, pelas interações sociais. A construção da opinião, assim, não é redutível a uma operação individual” (REIS, 2015, p. 76). A esfera política, como extensão da sociedade, molda-se por meio das relações de poder, uma vez que é constituída pelos indivíduos e pelos grupos sociais que têm o poder de decisão. Visto que a linguagem, a estrutura e as esferas sociais foram desenvolvidas em dinâmicas de poder, é necessário refletir sobre a violência que permeia os espaços e os discursos que conduzem a sociedade.

Este tema apresenta-se pertinente porque, em primeiro lugar, expõe a necessidade de conhecer a história e seus desdobramentos a fim de entender o que é produzido e reproduzido na sociedade, produções essas que são potencialmente atravessadas por estruturas e discursos violentos. E, em segundo lugar, porque, após o estudo da construção histórica referente ao recorte deste trabalho, refletir sobre o discurso e seus significados - diretos e indiretos – apresenta-se como uma atividade importante para futuras transformações sociais mais diversas e empáticas. Segundo Fairclough (2003, p. 92):

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crença.

Os conceitos de violência cultural, estrutural e direta apresentados por Galtung são diretrizes deste trabalho, porque nos ajudam a compreender a complexidade do fenômeno da violência que também se naturaliza pelo discurso. Considerando que “a violência cultural [...] está presente nos discursos sociais, nos produtos culturais e comportamentos socialmente apreendidos, legitimando as duas outras tipologias” (CABRAL, SALHANI, 2017, p. 1), parte-se do pressuposto de que essa cultura de

violência auxilia na configuração de uma sociedade desigual, caracterizada por sistemas que reforçam as relações de poder.

Portanto, partindo dessa perspectiva crítica no entendimento da relevância sobre a compreensão da interrelação entre poder, discurso e violência, o **objetivo geral** deste trabalho é refletir e problematizar as relações de poder com foco nas questões de gênero e raça que permeiam os discursos produzidos pela campanha de comunicação da deputada estadunidense Alexandria durante as eleições de 2018, a fim de discutir a presença da mulher no cenário político tradicionalmente masculino e branco. A partir dele, traçamos o **objetivo específico** que é: analisar os discursos produzidos em cinco vídeos veiculados pela campanha de comunicação da deputada Alexandria Ocasio-Cortez durante o período de maio a junho de 2018 por meio de categorias analíticas pautadas no Jornalismo para paz que podem colaborar com uma perspectiva de análise crítica da comunicação.

Para a consecução desses objetivos, organizamos este trabalho de conclusão de curso em quatro capítulos. No primeiro realizamos uma discussão sobre a relação existente entre a atividade profissional de Relações Públicas, a comunicação pública e a democracia. Já no segundo capítulo, buscamos debater o conceito de “discurso” e suas implicações, como a construção de significados e de identidades e o estabelecimento de relações de poder. O terceiro capítulo realiza uma reflexão crítica em torno dos conceitos de violência cultural, estrutural e direta no contexto de uma breve revisão histórica recente dos Estados Unidos realizada por meio do recorte de gênero e raça. Já o quarto e último capítulo parte dos princípios dos Estudos para Paz, em especial, da Comunicação para Paz, para analisar o discurso de parte da campanha política veiculada pela atual deputada do Congresso dos Estados Unidos, Alexandria Ocasio-Cortez, que se destacou no cenário político contemporâneo por inserir debates de esquerda no centro da discussão política no país, que é uma das maiores representações mundiais do sistema capitalista.

Ocasio-Cortez, que previamente às eleições de 2018 não trabalhava na esfera política, é uma grande usuária das mídias digitais sociais e, por meio delas, ganha cada vez mais seguidores. Por meio da apresentação de novas pautas, como a taxação de grandes fortunas, a deputada alcança a marca de milhões em visualizações na internet e já superou recordes de audiência do Cable-Satellite Public Affairs Network, canal que acompanha a atividade parlamentar estadunidense (EL PAÍS, 2019). Com uma agenda voltada à classe trabalhadora e grupos minorizados

na representação política, Alexandria Ocasio-Cortez é relevante no cenário político norte-americano atual pois, junto a outros novos políticos, tem ajudado a construir um novo tipo de discurso político nos Estados Unidos.

O termo representatividade apresenta ambiguidades na configuração atual da sociedade. Em uma tendência crescente da defesa da representatividade, entre elas a política, surge o questionamento: toda representatividade é positiva? É suficiente que os espaços de poder sejam compostos por indivíduos pertencentes a distintos grupos sociais? Neste trabalho essa discussão também colaborou com a escolha da campanha de comunicação de Alexandria Ocasio-Cortez como estudo de caso. O uso da palavra representatividade aqui se refere a um posicionamento que transcende o perfil sociodemográfico do indivíduo, e debruça o seu olhar sobre os indivíduos que representam literalmente e ideologicamente seus grupos sociais. Alexandria Ocasio-Cortez é um exemplo pertinente ao trabalho pois, conforme sua atividade política citada anteriormente, é uma representação viva das demandas, dores e vitórias dos grupos sociais aos quais pertence. O incômodo do termo representatividade não resulta de uma discussão encerrada, e sim protagoniza um debate atual e necessário que foi considerado na produção dessa monografia.

Como principais resultados, podemos destacar que há alguns elementos adotados na campanha de comunicação da deputada Alexandria que sinalizam uma produção discursiva que visa desnaturalizar determinadas violências, o que colabora para pensarmos os princípios da comunicação para paz em sua estratégia de campanha política.

2. Relações Públicas, Discurso e Democracia

A profissão de Relações Públicas tem sua origem atrelada à opinião pública e à esfera política, e o contexto histórico do seu surgimento é a comprovação disso. No século XIX, os Estados Unidos estavam se desenvolvendo como potência industrial e econômica por meio de suas conquistas e da exploração dos trabalhadores – parte deles imigrantes – comandada pelos monopólios do país. Nesse momento, de acordo com Pinho (2007, p. 23), vigorou a Teoria da Fronteira, que fundamentou a ideia de que a expansão do território norte-americano resultaria na difusão do direito à propriedade. Isso afetou criticamente as questões sociais e trabalhistas da época, pois, na época, havia a ideia de que não aconteceriam manifestações por parte dos trabalhadores, uma vez que se acreditava que estes também seriam beneficiados pelo processo de expansão que ocorria naquele momento.

Nesse momento, houve, então, uma acentuação do discurso sobre as possibilidades da vida nos Estados Unidos que, culturalmente, é perceptível até hoje em outros países. No século XIX, essa ideia controlou o movimento sindicalista sem esforço, pois a questão da propriedade estava intimamente relacionada à noção de igualdade e meritocracia do liberalismo. O cenário político norte-americano começou a sofrer mudanças a partir de 1871, que foi o ano em que o Manifesto Comunista foi traduzido nos Estados Unidos, convidando os trabalhadores do país à união do proletariado (PINHO, 2007, p. 25). De acordo com Pinho (2007, p. 25), as ideias do Manifesto fizeram com que os operários passassem a ter uma segunda percepção da sociedade em que estavam inseridos. Nos Estados Unidos e no mundo, principalmente na Europa, houve intensa movimentação operária. A Federação Americana do Trabalho (1886) defendia a diversidade e a autonomia dos sindicatos, uma vez que entendia a importância da opinião pública para que a sociedade se tornasse mais receptiva aos sindicatos (PINHO, 2007, p.26).

A movimentação sindical norte-americana iniciou sua jornada de conquistas, como a emblemática lei de regulamentação da jornada de oito horas de trabalho, em 1889. Nesse contexto de efervescência política, a crise social no país intensificou-se e, a considerar as Relações Públicas e seu surgimento, é essencial refletir sobre como, nos dois lados dessa batalha política, econômica e social, a manipulação da opinião pública foi a estratégia utilizada na tentativa de expansão de ambos os vieses

ideológicos. Isso porque ficou evidente o poder que a comunicação exercia na sociedade, a exemplo da chegada do Manifesto Comunista nos Estados Unidos. Ou seja, a disputa alcançou um momento em que o proletariado e os donos dos meios de produção passaram a compreender que o apoio da opinião pública era essencial para a vitória. Portanto, a fim de conquistar o desejado suporte da sociedade norte-americana, era necessário o conhecimento de estratégias de comunicação e das formas como utilizá-las (PINHO, 2007, p. 27).

Assim, em um cenário que exigia a formulação de uma comunicação estratégica de maneira democrática, surgiu um espaço que encontrou seu lugar na área da comunicação. Ou seja, as Relações Públicas apresentaram-se como uma necessidade para as sociedades democráticas.

Nesse contexto, para o surgimento da profissão de Relações Públicas, apresentam-se duas possíveis respostas:

Embora alguns autores, como CHAUMELY & HUISMAN, considerem Ivy Lee como o verdadeiro fundador das Relações Públicas, devido ao fato do mesmo ser o fundador do primeiro escritório mundial de Rel. Públicas, no ano de 1906, em Nova Iorque, é consenso que o início da profissão aconteceu quando William H. Vanderbilt, filho do Comodoro Cornelius Vanderbilt, pronunciou a famosa expressão: *The public be damned* (O público que se dane). A declaração, segundo Gurge, teria sido feita, em 1882, a um grupo de jornalistas de Chicago sobre o interesse público a respeito de um novo trem expresso entre Nova Iorque e Chicago (PINHO, 2007, p. 30).

Assim como a frase dita por Vanderbilt, a atuação profissional de Ivy Lee também marcou o início da atividade profissional das Relações Públicas com o conceito de “transparência”. A transparência defendida por Ivy Lee destacou-se, também, em reação a um momento em que a opinião pública estava exigindo respostas e havia “uma intensa campanha contra o *big business* americano” (PINHO, 2007, p. 33).

Frente a esse contexto histórico, nossa atenção deve recair sobre dois pontos importantes. O primeiro é a relação intrínseca entre a democracia e as Relações Públicas, uma vez que essa atividade profissional necessita da abertura para a negociação, o relacionamento, o diálogo e para as dinâmicas próprias do processo democrático que, por sua vez, se vê fortalecido com base nos princípios da área. O

segundo, extensão do primeiro, é o caráter político e público da atividade. As Relações Públicas consolidam-se por uma demanda de movimentação política que busca desenvolver o relacionamento com a opinião pública, princípio essencial para muitos grupos sociais na busca de legitimação de seu poder político, econômico e sociocultural.

Desse modo, ao refletir sobre a presença das Relações Públicas no meio político, é necessário que se aborde o espaço ocupado pela comunicação pública, que pode ser compreendido como

[...] fruto da interface entre comunicação e política, da participação de todos os potencialmente afetados por um problema público em debates que buscam solucioná-lo e da dinâmica de justificação pública, que objetiva produzir entendimentos e decisões potencialmente justas para todos (MARQUES, MAFRA, MARTINO, 2017, p. 77).

A comunicação pública, portanto, floresce no regime democrático e tem o potencial de oportunizar discursos plurais nos debates políticos. Habermas apresenta a prática da comunicação pública com base no seguinte princípio: “assumir temporariamente o lugar do outro buscando entender suas demandas, interesses e sentimentos a partir de uma identificação baseada na empatia e na solidariedade” (MARQUES, MAFRA, MARTINO, 2017, p. 78).

Entretanto, o cenário político global e especificamente o estadunidense, que será parte do estudo de caso deste trabalho, tem orientado a comunicação pública em alguns cenários e contextos específicos, muitas vezes, por meio de ideais violentos e autoritários. Na contramão de promover o diálogo e a empatia, têm polarizado vivências e discursos contraditórios que afastam, cada vez mais, o debate baseado no princípio da empatia. Essa interação entre diferentes atores sociais que ocorre na comunicação pública é de extrema relevância para a sociedade, pois os princípios que a fundamentam sinalizam uma via de mão dupla relacionada àquilo que a sociedade enxerga como aceitável ou não em sua época, já “que o padrão cultural influencia a formação da opinião pública e é, ao longo do tempo, influenciado por ela” (REIS, 2015, p. 82). Em vista disso, um discurso construído na pluralidade apresenta-se como peça-chave para o fortalecimento da democracia, especialmente quando se considera sua ampla influência sobre os diversos públicos que constituem uma dada sociedade.

Considerando a ética do discurso, de acordo com Marques, Mafra e Martino (2017, p. 81), o ideal não é abandonar interesses individuais a fim de elaborar um discurso, mas sim não impor a experiência pessoal como modelo do que é correto em oposição a outras vivências. Isso porque essa imposição de uma ética superior às outras tende ao moralismo, o qual impede a produção de uma comunicação para um diálogo que abrace perspectivas diferentes. Assim, discurso e ética trabalham juntos, pois “é por meio deles e de seus componentes de razoabilidade, emoção e empatia, que aprendemos a adotar o ponto de vista dos outros, ou seja, que aprendemos a adotar o ponto de vista moral” (MARQUES, MAFRA, MARTINO, 2017, p. 82). Ainda pensando na cadeia social e na cadeia política que são desencadeadas pelos discursos que permeiam a comunicação pública, podemos refletir sobre a capacidade que as estratégias de comunicação e, portanto, as Relações Públicas, têm de contribuir com o processo democrático, permitindo que as narrativas de diversos grupos sociais encontrem expressividade. De fato, os princípios que fundamentam essas narrativas exigem alteridade, e idealmente

O reconhecimento do mundo do outro deve envolver, além de laços afetivos, vínculos éticos e políticos, uma comunicação ligada ao engajamento dos sujeitos sociais na produção de um mundo comum. Nesse mundo partilhado, eu me apresento diante do outro e espero dele compreensão, certa abertura ao diálogo, pois é através dessa relação que as narrativas identitárias se moldam e se expressam, relações de empatia e identificação se estreitam ou são cortadas (MARQUES, MAFRA, MARTINO, 2017, p. 83).

É notório que a comunicação se desenvolva entrelaçada a diversas circunstâncias. Ou seja, o discurso, o meio em que é transmitido e o contexto social, econômico e político em que a sociedade está inserida coexistem em uma cadeia de influências que orientam o processo da comunicação. Essa compreensão ajuda a refletir sobre a importância social do discurso, pois atentando-se à noção de que diferentes atores sociais se relacionam por meio da comunicação, e de que nela se expressam a troca de ideias e os desejos, é possível assegurar o papel significativo do que é dito e a maneira como isso ocorre. É, também, um entendimento que destaca a importância da comunicação que ocorre no ambiente político.

A política é construída sob a ideia da representação dos indivíduos, se considerada a democracia; ela é o ambiente que retrata o que é permitido e é composta pelos indivíduos que tomam decisões diretas pela sociedade toda. Por isso, quem é eleito produz ampla significação diante de seu público, assim como seus discursos também carregam bastante simbolismo. A esfera política é integrada por indivíduos e, por isso, composta por discursos, motivo pelo qual é essencial a reflexão sobre seu significado. Fairclough (2001) afirma:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição quanto um efeito da primeira. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Ao explorar o discurso como prática social, é inevitável considerar o lugar em que os princípios ideológicos se apresentam e a maneira como ele ocorre, em consonância com o ambiente social e político. A narrativa política carrega, por sua natureza, ideologias próprias, pois “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Portanto, é possível observar a relevância do discurso na legitimação de relações de poder existentes e, por extensão, da violência simbólica. Isso, porque

O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício de poder e da luta pelo poder. [...] Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas

também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94-95).

A mudança histórica e o discurso movimentam-se juntos em uma relação de influência mútua que permite compreender, como dito anteriormente, o poder de naturalização que a produção discursiva implica. Isso ocorre porque

[...] os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as “constituem”; diferentes discursos constituem entidades-chave de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...] Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Os efeitos sociais do discurso fazem parte do sistema que estabelece as relações de poder e, sendo assim, também as corrompem. É extremamente pertinente para este trabalho refletir sobre o encadeamento que ocorre entre as esferas social e política mediante o discurso, pois os conceitos apresentados aqui promovem uma perspectiva de transformação no cenário político e social paralela à mudança histórica que ocorreu nos últimos anos. Ainda, considerando a esfera política como extensão da esfera social, é pertinente observar a potência de influência entre ambas as esferas e a forma como esse relacionamento se desenvolve.

O discurso, como potencializador de significados, é parte relevante do processo de identidade dos grupos sociais, uma vez que “os textos simultaneamente representam a realidade, as relações sociais e estabelecem identidades” (HALLIDAY apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 27). As identidades, por sua vez, são essenciais na elaboração estrutural dos papéis sociais, pois é por meio da ideologia que se definem as atribuições sociais e políticas referentes a esses indivíduos e se legitimam as relações de poder. Se uma sociedade é regida por uma cultura que prioriza determinados grupos sociais, compreende-se que seus discursos edificaram e legitimaram a hegemonia de tal classe social pois “as hegemonias [...] no nível societário são produzidas, contestadas e transformadas no discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

De acordo com a primeira contribuição teórica sobre o discurso, o “eu” e o “outro”, assim como as relações que transcorrem entre ambos, são construídos ativamente por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 34). Dessa forma, a construção da própria identidade depende de um conjunto de influências derivado de diversos espaços sociais, como relações pessoais, instituições (como a escola, a igreja, a política) e representatividades e, de fato, o discurso permeia todos esses espaços sociais. Entretanto, não é apenas a própria identidade que se desenvolve nesse processo, mas também a percepção que temos das identidades dos que são diferentes de nós, seja por seu gênero, sua etnia, sua classe social, sua ascendência ou outras.

Historicamente, algumas identidades foram consolidadas e outras perseguidas, de modo a formar uma sociedade baseada em uma hierarquia social, política, cultural e econômica. Nessa perspectiva, a maneira como a comunicação foi produzida e reproduzida acompanhou as trajetórias e as transformações históricas porque, conforme dito anteriormente, há uma via de mão dupla de influência nos pilares que compõem e orientam a sociedade. Atentando-se, também, ao fato de que as estruturas sociais estão intimamente conectadas, os grupos sociais que detêm poder em uma esfera social provavelmente também o têm nas demais. Por essa razão, há uma concentração excessiva no domínio de tomada de decisões que tende a reproduzir os mesmos discursos, a fim de sustentar seus lugares de privilégio, porém uma nova abordagem discursiva tem o potencial de provocar a mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 69).

Assim, utilizar o termo *discurso* como *prática social*, como defende Fairclough (2001), é pertinente para a reflexão sobre a mudança social. Para que haja transformação na maneira pela qual a sociedade se relaciona, é necessário que haja um ambiente propício à mudança, o que ocorre mediante aberturas em diversas esferas sociais, que podem realizar-se de forma orgânica ou por pressão da sociedade. De ambas as formas, é notório que a maneira pela qual os diversos âmbitos sociais se relacionam é construída pelo discurso ao atribuir significados, uma vez que o discurso contribui com o processo da construção das identidades sociais, das relações sociais dos sujeitos e dos sistemas de conhecimento e crenças (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Assim:

Esses três efeitos [de construção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças] correspondem

respectivamente a três funções de linguagem e à dimensão de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Portanto, uma vez que a significativa influência do discurso é exposta, surge a necessidade de refletir sobre os espaços que a responsabilidade social e a ética ocupam nesse processo intenso de produção e reprodução de sentidos. Ao considerar que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93), é importante que as diversas existências que compõem uma dada sociedade sejam analisadas a fim de produzir um discurso mais diversificado. Isso significa que é preciso problematizar uma elaboração discursiva hegemônica que não reconheça a diversidade que compõe a sociedade. A alteridade de ideias é importante no ambiente democrático porque reconhece a diversidade de vozes, ou seja, oferece espaço para que distintas existências sejam ouvidas e legitimadas.

Se o discurso não se propõe a ir além de estruturas que foram construídas em um contexto hegemônico, ele apenas reproduz histórias que são violentas para alguns grupos e, em contrapartida, confortáveis para os que estão em lugar de privilégio. E, como foi explorado anteriormente, isso é possível, já que o sistema social, político e econômico dialoga diretamente com a produção de discurso. Entretanto, o próprio conceito de discurso adotado neste trabalho demonstra a potência de mudança que há nas escolhas das maneiras de construir e transmitir mensagens e ideias. O que podemos afirmar, baseados nas explorações teóricas apresentadas, é que o discurso nunca é insignificante e se relaciona com história, intenção e ideologia.

Se especificamos nossa reflexão sobre o discurso no âmbito político, sua definição como uma ação apresenta-se ainda mais pertinente. Em uma democracia, a representação política é o recurso que caracteriza a voz dos cidadãos. Essa delegação de tomada de decisões busca atender à voz da cidadania a fim de que as “dores” e ideias dos indivíduos sejam ouvidas. Parte-se do pressuposto de que é

inviável ouvir todo e qualquer cidadão de um bairro, cidade, estado ou país e, por isso, no contexto da democracia representativa, candidatos a cargos políticos apresentam suas propostas eleitorais que expressam ideologias e valores à sociedade. Assim, mediante as eleições, a vontade predominante dos cidadãos daquela região será ouvida, embora essa predominância possa variar de método de avaliação a depender de seu país, tal como diferem, por exemplo, Brasil e Estados Unidos.

Nesse processo de representatividade, os discursos são elaborados por quem está no âmbito político e não diretamente pelos cidadãos. Entretanto, conforme o conceito de discurso como prática social insinua, entre a sociedade e a esfera política, há uma reciprocidade de influências que altera as produções discursivas de ambos os espaços sociais. Por essa razão, é interessante compreender que toda sociedade é formada por uma diversidade de características, como classe social, etnia, gênero, sexualidade, entre outras. Portanto, revisitar essa concepção permite aprofundar o seguinte questionamento: qual é a importância de uma representatividade que espelha a diversidade social e qual a relevância do discurso nessa perspectiva?

A escolha de representantes no âmbito político mediante o direito ao voto a todos os cidadãos configura a democracia, que busca, como modelo de governo, a participação social e, dessa forma, em teoria, constituir um sistema de todos e para todos. Entretanto, para que o sistema funcione e a tomada de decisões seja efetiva, o indivíduo que ocupa um cargo político é dotado de um poder que indivíduos comuns não possuem. Em consequência, os cidadãos que ocupam esses espaços possuem o poder de ação e também o poder social, uma vez que a composição da representação política, se homogênea, evidencia qual grupo social está no poder. Então, embora o processo seja democrático, assim como em todas as esferas da sociedade, relações de poder são construídas ou fortalecidas ao longo da história. O discurso transmitido por um representante ecoa em diversas esferas e, assim, ajuda a determinar os lugares sociais disponíveis nas dinâmicas de poder que coexistem na sociedade. Um exemplo dessa linha de raciocínio é um grupo excluído social e politicamente ao longo da história e que tem seu lugar na sociedade reduzido a subgrupo repetidamente.

O discurso também é uma prática ideológica que “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). A ideologia permeia o discurso e, mediante a escolha de palavras e dos temas a serem abordados, uma visão de mundo é transmitida e

pode ser naturalizada. Porém, se um grupo social é dominante na representatividade política, a consequência é que seus princípios ideológicos sejam disseminados e naturalizados e se sobreponham a outras ideias que coexistem entre os indivíduos comuns. Se as relações de poder estão enraizadas no sistema social e a mensagem transmitida é a de que apenas um grupo social tem o aval para a tomada de decisões, a mensagem subentendida nessa configuração é que a vivência de outros grupos sociais não é prioridade para a construção da narrativa. Se um grupo dominante, em posição política, afirma que sua existência e sua influência são superiores às dos outros, e não há heterogeneidade na representação política, o discurso é utilizado apenas para manutenção de significados, quando há um espectro de possibilidades referentes a transformações que, importante frisar, caminham paralelas às transformações sociais.

Assim, cabe destacar que este trabalho não busca discutir uma perspectiva na qual se compreendem os cidadãos como receptores apáticos, inclusive porque o estudo de caso escolhido é um exemplo do discurso advindo de grupos minorizados como impulso para novas representatividades. A intenção dessa exposição é refletir sobre a potência que movimenta a influência do discurso como prática social, política e ideológica e sobre como é importante que esse processo seja realizado de maneira mais humana e diversa. Para isso, é preciso considerar que

A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício de poder e da luta pelo poder. [...] Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94-95).

Se o discurso se desenvolve mediante essas delimitações individualizadas e se especificamente a ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119), a personificação de uma única visão de mundo, em qualquer ambiente social, é prejudicial. Reis (2015, p. 80) apresenta o conceito de personalização da opinião pública, que ocorre “quando uma certa opinião pública adquire contornos de um

sujeito que opera para além ou acima do público, sendo tratada como uma entidade em si”. Ainda há a dimensão coletiva da opinião, que expõe como a percepção do indivíduo de que outros pensam ou defendem determinado tópico pode influenciar seu posicionamento para apoiar o que imagina ou sabe que os outros estão apoiando. O mesmo pode ocorrer em relação ao tópico que é combatido (REIS, 2015, p. 81).

À vista disso, ao se considerar uma encadeação lógica que acompanhe os conceitos aqui apresentados, é possível refletir sobre a importância de quatro aspectos. O primeiro e o segundo são, respectivamente, o que é dito e o que fundamenta o discurso indireta e diretamente, uma vez que as escolhas desse processo têm potencial de construção e de transformação de significados.

Proponho a ilustração dessa potência mediante uma metáfora: as diversas camadas que compõem um discurso direcionam-no e, caso este siga o mesmo fluxo por muito tempo, o caminho é reto. Entretanto, se houver a escolha de um olhar além do que já existe, o percurso, que é reto, poderá apresentar bifurcações e novas rotas, que gerarão, em consequência, novos caminhos e, por isso, transformarão o caminho inicial. Não é uma simples substituição de ideias, mas sim a coexistência de perspectivas distintas que provoca uma expansão por sua própria definição. O terceiro aspecto é quem enuncia o discurso e também é relevante, uma vez que, após refletirmos sobre as relações de poder, é perceptível a autoridade que constitui o lugar de fala. E o quarto, quem o discurso alcança, é o que conclui o ciclo da influência no qual se movimenta.

Em uma sociedade de esferas sociais e políticas construídas tão intrinsecamente baseadas nas relações de poder, e nas quais a representatividade é um tópico de debate que se fortaleceu relativamente em um tempo recente, há grupos sociais que sentem a falta tanto de uma narrativa que os alcance e represente seus cotidianos quanto da oportunidade de terem suas vozes ouvidas. Se certas opiniões públicas expressam força suficiente para serem personificadas e a opinião majoritária pode influenciar outros indivíduos, narrativas diferentes da ideologia predominante nos espaços de poder encontram um percurso trabalhoso no processo de resistência e de se fazer ouvir. E, por isso, reconhecer novas existências como legítimas é a saída para uma verdadeira transformação social do discurso.

Refletir apenas sobre a construção do discurso não nos fundamenta o suficiente para o estudo de caso deste trabalho, pois para compreender a articulação das relações de poder que o acompanham, é necessária uma breve contextualização

histórica sobre a trajetória do papel da mulher, especificamente a mulher não branca, na sociedade e nos espaços de tomada de decisão. Revelar as circunstâncias desse contexto é relevante, pois nos ajuda a refletir sobre os significados produzidos pela campanha da deputada Alexandria Ocasio-Cortez e, também, do simbolismo ocasionado pela presença da deputada, mulher e não branca, no Congresso dos Estados Unidos. Por sua vez, cabe destacar que a história é a narrativa que nos ajuda a compreender o processo que resultou nas desigualdades sociais testemunhadas hoje, além da conjuntura que evidencia a articulação da violência nesse desenvolvimento.

3. A violência no discurso político e na história dos Estados Unidos com foco em gênero e raça

Uma vez estabelecido o processo de significação que nós, seres humanos, produzimos mediante o discurso, e ao considerar a expansão que provoca em outros aspectos da vida em sociedade alicerçado às relações de poder, apresenta-se necessária a reflexão sobre o espaço que a violência ocupa nesses processos.

Baseado na perspectiva dos *Peace Studies*, ou Estudos para a Paz, Johan Galtung analisa uma relação entre tipos de violências que caracterizam um sistema opressor. Trata-se de um esquema que configura três tipologias de violência: a direta, a estrutural e a cultural. Segundo o autor, há uma singularidade na forma de expressão de cada uma delas e uma inter-relação que explica suas dinâmicas.

A violência direta é, entre todas, a mais fácil de enxergar, porque é o ato violento evidente, como a morte (GALTUNG, 2016, p. 150) ou uma violência doméstica, por exemplo. A violência estrutural, por sua vez, ocorre na configuração da forma como a sociedade está organizada, por isso não é explícita, mas atinge populações vulneráveis mediante circunstâncias estruturais como a fome ou a falta de acesso à saúde (GALTUNG, 2016, p. 153). A violência cultural, por sua vez, refere-se à

[...] esfera simbólica de nossa existência - materializada na religião e na ideologia, na linguagem e na arte, na ciência empírica e na ciência formal (a lógica, matemática) - que pode ser utilizada para justificar ou legitimar a violência direta ou a violência estrutural (GALTUNG, 2016, p. 149, tradução nossa).¹

Partindo dessa compreensão, podemos reconhecer que a comunicação percorre todos os segmentos da sociedade, desde relações pessoais a estruturais, e sistemas que sustentam a organização humana como conhecemos. Por isso, ela tem o potencial de ser catalisadora da violência historicamente disseminada nos discursos hegemônicos e também o poder de transformação dos paradigmas que envolvem o que e como será dito. Isso, porque

¹ “[...] la esfera simbólica de nuestra existencia - materializado en la religión y la ideología, en el lenguaje y el arte, en la ciencia empírica y la ciencia formal (la lógica, las matemáticas) - que puede ser utilizada para justificar o legitimar la violencia directa o la violencia estructural”.

Os meios de comunicação são potentes agentes de socialização e geradores de cultura (GONZÁLEZ; LÓPEZ, 2012) [...] o que os meios escolhem transmitir torna-se, constantemente, o que é discutido pelas pessoas; entretanto, caso omitam informações, elas dificilmente farão parte do imaginário social e, conseqüentemente, não terão impacto cultural e social algum. A produção simbólica dos meios influencia o comportamento cotidiano e é, para Muñoz (2012), uma das principais ferramentas sociais de legitimação e difusão de ideias, de maneiras de interpretar o mundo e de cosmovisões (CABRAL, SALHANI, 2017, p. 4).

Partindo dessa perspectiva, a comunicação como produtora de significados na cultura é essencial em um processo que busca a transformação social. Ao longo deste capítulo, será apresentada parte da contextualização histórica dos Estados Unidos, focada em gênero e raça, uma vez que nosso estudo de caso foca o contexto político estadunidense. Nossa intenção é identificar a presença dos três tipos de violências citadas por Galtung, destacando a articulação entre elas na conjuntura citada. Essa é a perspectiva escolhida para que, no estudo de caso, seja possível produzir uma análise que contemple a visão dos Estudos para a Paz e problematize as inter-relações com a violência cultural que, por sua vez, justifica e naturaliza as violências direta e estrutural.

3.1 Estados Unidos: uma história de gênero, raça e classe

O século XIX foi um período de transformação devido às profundas mudanças sociais, tais como a Revolução Industrial. Particularmente, no contexto estadunidense, essa dinâmica adquiriu singularidades. No que se refere às mulheres, Angela Davis (2016, p. 50) diz que a ideologia do capitalismo industrial alterou, de maneira significativa, a condição das mulheres brancas na sociedade. Isso ocorreu pois

Por volta dos anos 1830, o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionais das mulheres. Claro, elas foram libertadas de algumas de suas velhas tarefas opressivas. Ao mesmo tempo, porém, a incipiente industrialização da economia minou o prestígio que as mulheres tinham no lar – um prestígio baseado no caráter produtivo e absolutamente essencial de seu trabalho

doméstico até então. Por causa disso, a condição social das mulheres começou a se deteriorar. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa” (DAVIS, 2016, p. 50).

Davis (2016, p. 50) explica que isso ocorreu porque, apesar de o lugar da mulher, historicamente, ter sido designado como sendo o da “casa” ou do “lar”, anteriormente à Era Industrial, o mercado definia-se também pelo que era produzido nas próprias casas e terras. Muitas das produções, desde roupas até sabão, eram feitas pelas mulheres, o que lhes conferia maior prestígio social. No momento em que a fábrica se tornou o ambiente de produção, e não mais a casa, e nela tanto os homens como as mulheres produziam, o motivo de o lugar das mulheres continuar sendo a casa (espaço privado) sofreu uma ressignificação.

Simultaneamente à libertação das mulheres de algumas tarefas opressoras, “a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais” (DAVIS, 2016, p. 50). E, assim, houve uma movimentação no significado atribuído à mulher como indivíduo na sociedade, pois ela deixou de ocupar um lugar produtivo, ainda que opressor, e transformou-se no que Davis (2016, p. 50) chama de “apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos, [...] instrumentos passivos para a reposição da vida humana”.

A chance de uma igualdade econômica decresceu e as mulheres foram reduzidas aos papéis de mães e esposas, de modo que sua existência passou a se justificar em relação às necessidades de outros indivíduos, e a consequência desse movimento foi uma resistência, que Davis (2016, p. 50) define como inevitável. Para Galtung (2016, p. 149-150), uma das formas pela qual a violência cultural legitima as violências direta e estrutural é a ressignificação dessas violências e seus aparatos em ações e estruturas socialmente aceitáveis. Ou seja, se há uma movimentação industrial sexista que relaciona a produção ao *status* social, reforçando aspectos culturais que caracterizam as mulheres como seres inferiores, o que se desenvolve é uma cultura legitimadora de estruturas desiguais e propícias à justificação de violências diretas contra esse grupo social.

Na década de 1830, os Estados Unidos presenciaram intensa insatisfação das mulheres e da população negra. Em 1831, a população negra posicionou-se mediante

à rebelião de Nat Turner² para lutar contra a escravidão, e nesse mesmo ano foi fundado o movimento abolicionista organizado. Em paralelo a esses acontecimentos, mulheres jovens e crianças fizeram greves em fábricas têxteis, e mulheres brancas das classes mais altas posicionaram-se para lutar pelo direito a um espaço além de suas casas, com possibilidades de educação e carreira (DAVIS, 2016, p. 50-51).

Essas reivindicações tão novas e distintas feitas por mulheres brancas evidencia o fator classe social como decisivo nas vidas dessas mulheres. Nesse momento da história, mulheres negras eram escravizadas, mulheres brancas operárias lutavam contra circunstâncias precárias de trabalho, não as mesmas da escravidão. E mulheres brancas de classes sociais altas começavam a reivindicar o direito ao trabalho, que não era opção para os dois outros grupos. Ou seja, olhar para as mulheres no século XIX como um grupo único não revela todas as opressões e histórias que viveram, além de não oferecer informações suficientes para levar à reflexão sobre o momento presente.

Desde aquele século, mulheres de distintos grupos sociais iniciavam suas vidas em pontos de partida diferentes, enfrentavam opressões distintas, e todas as suas histórias transmitiam uma perspectiva única. Considerando isso, é relevante destacar que, naquele momento histórico, as mulheres brancas expressavam suas insatisfações por meio de metáforas da escravidão:

As mulheres brancas do Norte – tanto as donas de casa de classe média quanto as jovens operárias– frequentemente evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões. Aquelas de melhor situação econômica começaram a denunciar o caráter insatisfatório de sua vida doméstica, definindo o casamento como uma forma de escravidão. Para as trabalhadoras, a opressão econômica sofrida no emprego tinha uma forte semelhança com a escravidão. Em 1836, quando as operárias de Lowell, Massachusetts, entraram em greve, marcharam pela cidade cantando: “Oh, eu não posso ser uma escrava,/Eu não serei uma escrava,/Oh, eu amo demais a liberdade,/Eu não serei uma escrava.” (DAVIS, 2016, p. 51).

Para Davis (2016, p.51), o mais importante do uso dessa metáfora é a afinidade que as mulheres brancas da classe média apresentavam com a população negra. Porém, para a mulher negra, o significado da escravidão eram “chicotes e correntes”

² Nat Turner foi um escravo norte-americano que liderou uma revolta de escravos no condado de Southampton, Virginia. É citado no livro “Mulheres, raça e classe” (2016) de Angela Davis.

(DAVIS, 2016, p. 51), ou seja, havia entre elas vivências distintas. Com a movimentação dessa década, mulheres brancas começaram a apoiar o movimento abolicionista, “enquanto as operárias contribuía com parte de seus minguados salários [...], as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista” (DAVIS, 2016, p. 51-52).

Davis cita a obra “A Cabana do Pai Tomás”, escrita ainda no século XIX, por Harriet Beecher Stowe, abolicionista branca, e faz uma observação interessante sobre como a obra, que era um símbolo da literatura antiescravagista, era também um discurso que reproduzia racismo e sexismo, os quais justificavam ambas, a escravidão e a ausência das mulheres na esfera política, espaço essencial para a conquista de direitos da população negra (DAVIS, 2016, p. 50).

Outro exemplo que a autora apresenta é o da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense (1833), para a qual apenas quatro mulheres foram convidadas, entre elas a

[...] pastora quacre, Lucretia Mott [que] sem dúvida surpreendeu o auditório exclusivamente masculino, já que naquela época as mulheres nunca opinavam abertamente em assembleias públicas. Embora os participantes do encontro tenham aplaudido sua fala e dado prosseguimento aos trabalhos conforme sua sugestão, no fim da reunião nem ela nem as outras mulheres foram convidadas a assinar a Declaração de Sentimentos e Objetivos. Seja porque a assinatura de mulheres fosse expressamente reprovada, seja porque não ocorreu aos líderes que elas deveriam ser chamadas a assinar o documento, isso demonstra a visão extremamente limitada daqueles homens. Suas atitudes sexistas os impediram de compreender o imenso potencial do envolvimento das mulheres no movimento antiescravagista (DAVIS, 2016, p. 54).

Os casos da obra “A Cabana do Pai Tomás” e da convenção da Sociedade Antiescravagista Estadunidense são importantes porque demonstram a complexidade que pode existir nas lutas sociais. Os dois casos explicitam a importância de uma abordagem interseccional, pois o primeiro denuncia o racismo de uma mulher branca e o segundo exemplifica que o fato de serem brancas não assegura que essas mulheres participem ativamente de um movimento antiescravagista, apesar de terem mais privilégios e direitos em relação às mulheres não brancas. Carla Akotirene (2019) reafirma a coexistência dos recortes de gênero, raça e classe na disposição social que orienta a nossa sociedade e define a interseccionalidade como abordagem teórica que

constata a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (2019, p. 19). Ou seja, esse conceito parte de um pressuposto crítico e complexo uma vez que considera a diversidade que caracteriza uma sociedade e as camadas dessa heterogeneidade e, por essa razão, é capaz de enxergar conflitos facilmente ignorados por uma abordagem mais simplista das problemáticas sociais.

De fato, a sociedade está configurada com base numa intersecção de papéis sociais, o que conforma diversos grupos. Conforme abordado no primeiro capítulo, essa disposição nos ajuda a compreender a inter-relação de influência entre o discurso e os indivíduos.

O resgate histórico deste capítulo também tem a intenção de destacar o papel significativo das identidades no desenvolvimento das relações de poder. A leitura histórica apresentada sobre a realidade de lutas dos grupos minorizados demonstra como as circunstâncias moldam a experiência dos indivíduos. Isso se explica, pois podemos compreender que a história é pautada por trajetórias individuais e coletivas em relação às identidades sociais, e sua dinâmica se estrutura nas relações entre os grupos sociais.

3.2 O processo de formação de identidades sociais com foco em gênero e raça

Algumas identidades sustentam o processo de identificação e reconhecimento que caracteriza as relações sociais que se estabelecem em sociedade e, efetivamente, uma delas é a de gênero. Para a reflexão sobre o recorte dessa identidade, é necessário entender o significado que “ser mulher” adquire.

Citada por Ribeiro (2017), Simone de Beauvoir defende que “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem” em um contexto de relações baseadas na dinâmica de dominação e submissão. Assim, o conceito de gênero é construído em uma representação na qual o homem é o sujeito, e a mulher é o que se refere a ele. E, ainda, deve-se considerar que o desenvolvimento dos estudos de gênero faz referência, na maior parte das vezes, à mulher branca, uma vez que “se para Simone de Beauvoir, a mulher é o *Outro* por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o *Outro* do

Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Neste ponto da discussão, a compreensão sobre a dinâmica interseccional é essencial. A autora Lélia Gonzalez citada por Ribeiro (2017, p. 24), defende que o movimento feminista, com sua devida relevância reconhecida, necessita considerar a opressão de caráter racial para combater as desigualdades sociais. Por isso, ao se pensar na produção de discursos sociais e, portanto, de significados, é fundamental o questionamento: quem tinha e quem tem o espaço legítimo para expressar sua voz com um grande alcance?

Para a pensadora Bell Hooks citada por Ribeiro (2017), a coexistência do racismo com o sexismo tem como resultado o fato de que “a própria conceituação ocidental branca do que seria uma intelectual faz com que esse caminho se torne mais difícil para mulheres negras” (RIBEIRO, 2017, p. 27). De fato, ser mulher negra em nossas sociedades ocidentais é duplamente uma existência complexa sujeita e inúmeras opressões e invisibilidade.

Bell Hooks se refere a mulheres negras, e este trabalho busca estender essas reflexões, com as devidas proporções, ao debate de gênero permeado pela questão de raça que envolve outros debates étnico-raciais no cenário estadunidense, além da complexa e desigual relação entre mulheres brancas e negras.

O processo de criação e reprodução das identidades sociais é histórico e, de acordo com a filósofa panamenha Linda Alcoff (2017),

Para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância da identidade (RIBEIRO, 2017, p. 28).

Ou seja, as identidades criadas no que Alcoff chama de “lógica colonial” (ALCOFF apud RIBEIRO, 2017, p. 30) estão intrinsecamente ligadas à maneira como a sociedade se estrutura. E, por isso, há uma relação entre identidades e poder, uma vez que “as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos

grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2017, p. 31). Para Galtung (2016, p. 153), essa dinâmica na qual uma classe dominante adquire mais privilégios que as demais, define uma estrutura violenta típica que tem a exploração como seu epicentro.

Uma das maneiras pelas quais o reconhecimento de uma identidade pode estabelecer uma relação de opressão é utilizar o senso comum de referenciar o indivíduo branco como o indivíduo “padrão”. A referência a indivíduos não brancos, usualmente, acompanha características adicionais que se referem à raça ou à etnia, tais como “asiático, negro, indígena”, e a referência a indivíduos brancos costuma ser apenas “indivíduos”. Dessa maneira, não há uma discussão de distintas existências e, reconhecendo-se como o “padrão”, o indivíduo branco não vai ao encontro da necessidade de voltar o seu olhar a outras vivências e pontos de vista. Em consequência, sua cultura, seu discurso e sua religião são estabelecidos como “padrão” no contexto de uma lógica colonial. Assim, todas as existências e possibilidades que não se encaixam nessas definições tornam-se periféricas, secundárias, o “outro” em relação a um sujeito. Nessa lógica “nenhuma coletividade, portanto, se definiria como *Uma* sem colocar imediatamente a *Outra* diante de si” (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Ribeiro elucida, de maneira bem evidente, em seu livro “Lugar de fala”³, a relação que transita entre identidades, discurso, o contexto social e, consequentemente, a política. Para a autora (2017, p. 40), a visão homogênea de homens e mulheres exclui a possibilidade de políticas públicas específicas para homens negros e mulheres negras, pois não se considera a existência da diversidade.

Confunde-se a ideia de reconhecimento das diferenças com a da discriminação, principalmente devido à ideia de que o passado histórico não deve ser resgatado, e de que há apenas uma versão oficial da grande história humana. Na contramão dessa visão, compreende-se que reconhecer a diversidade entre vivências é essencial para que o discurso e a política possam ser o reflexo ou a representação de sua composição.

Quando muitas vezes é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos”?, ou quantos cabem nesse “todos”? [...] Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar

³ RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala: 4. ed. São Paulo: Editora Pólen, 2020.

o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade ou, como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Partindo do pressuposto de que nomear uma realidade e suas circunstâncias particulares é necessário para o reconhecimento de sua existência, é possível refletir sobre a problematização de discursos excludentes e violentos. “A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata” (RIBEIRO, 2017, p. 42), pois se não há espaço para existir na produção do discurso dominante ou na tomada de decisões que orientam o funcionamento da sociedade, como haverá possibilidade de alterar a própria realidade? Essa reflexão cabe em diversos debates, não apenas sobre gênero e questões étnico-raciais, mas também sobre orientação sexual, imigração, entre outros temas. Ao problematizarem a questão étnico-racial, Ribeiro, Alcoff, Gonzales e Bell Hooks constroem uma reflexão em paralelo, que nos permite problematizar o debate em torno das identidades em um contexto de poder com atenção aos recortes que essa discussão exige.

3.3 A identidade latino-americana nos Estados Unidos

Partindo da reflexão em torno do recorte de gênero e raça, podemos fazer algumas ponderações. Neste trabalho, os recortes escolhidos buscam compreender a maneira como parte das identidades de gênero e raça se desenvolveu nos Estados Unidos, especificamente a do gênero feminino e a identidade não-branca e latino-americana. Uma vez que o estudo de caso é a análise do conteúdo textual de parte da campanha de uma deputada latino-norte-americana, estudar a formação dessa identidade colabora para uma análise crítica.

Nos Estados Unidos, país de muitos indivíduos originários da América Latina e de seus descendentes, a questão da identidade é um assunto latente e atual. De acordo com Genova e Ramos-Zayas (2003, p. 2), para estabelecer uma reflexão sobre a desigualdade social e a submissão política vivenciadas por esses grupos, é necessário um olhar que contemple as produções sociais de raça ou de diferença racializada no cotidiano, como os autores chamam, e não apenas do viés cultural e

étnico. Ser latino não é um traço racial, porém, para os autores, há formações latinas raciais que caracterizam

[...] a dinâmica e o processo relacional do poder das desigualdades e subordinação ao Estado da supremacia branca que leva em conta a eminentemente histórica produção desses 'grupos' como tais e, portanto, os situam dentro de um campo social mais amplo emoldurado pela polaridade hegemônica da branquitude e negritude racializadas nos EUA (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 2, tradução nossa).⁴

Os termos “latino” e “hispanico” são comumente utilizados no país norte-americano, muitas vezes, para se referir ao mesmo grupo social, apesar de não possuírem o mesmo significado. Para Genova e Ramos-Zayas (2003, p. 3), a utilização desses dois termos como grupos sociais e os significados que se produzem nessa abordagem indicam, justamente, que há uma movimentação de formação racial no que diz respeito ao termo “latino” nos Estados Unidos.

De acordo com Genova e Ramos-Zayas (2003, p. 3), o Departamento de Censo dos Estados Unidos não considera “latino” no espectro da definição racial, uma vez que defendem que esses indivíduos podem ser brancos, negros ou de outras raças, já que consideram a raça como algo definido pelo fenótipo dos indivíduos. Essa ideia configura um senso comum que orienta os estudos acadêmicos latinos e os direciona para a abordagem cultural ou étnica da discussão, afastando-se da interpretação de recorte racial do assunto, o que deixa algumas lacunas não preenchidas (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 3).

Considerando o trabalho do Departamento de Censo dos Estados Unidos, especificamente, é possível refletir sobre algumas repercussões que caracterizam o cenário que se constrói com base nessa abordagem da identificação. De acordo com Genova e Ramos-Zayas (2003), no formulário de coleta de dados fornecido pelo Censo dos Estados Unidos, há a separação de identificação entre raça e etnia, e a opção de resposta “hispanica” está presente na segunda categoria. Os autores defendem que essa configuração provoca uma subdivisão dos latinos, na categoria raça, que apaga a experiência racializada vivida por eles. Isso porque os indivíduos

⁴ “Our perspective on “Latino racial formations,” in contrast, focuses on the dynamic and relational processes of power inequalities and subordination to a white supremacist state that account for the eminently historical production of these “groups” as such, and thereby situate them within a wider social field framed by the hegemonic polarity of racialized whiteness and Blackness in the United States.”

latinos se identificam com a etnia hispânica, mas são incentivados a se identificarem racialmente como brancos, negros ou indígenas. Ainda que muitos escolham, em formulários, a opção “outra raça” ou “nenhuma das opções acima”, muitos indivíduos latinos identificam-se como brancos para o Censo dos Estados Unidos, contrariando a forma como se identificam em outros contextos sociais com opções menos limitadas.

Assim, a homogeneização de “hispânicos” e “latinos” é problemática, pois interfere no processo de identificação do indivíduo. Ademais, uma lacuna importante que se apresenta na discussão é que hispânicos não englobam completamente o grupo social de indivíduos latinos, pois os brasileiros também fazem parte deste grupo. Ou seja, a maneira como o país norte-americano tem trabalhado o processo de identificação de seus cidadãos com origem ou descendência na América Latina apresenta hiatos.

Conforme exposto anteriormente, a história e suas circunstâncias afetam diretamente a formação das identidades dos grupos sociais que coexistem em sociedade. Para que um grupo seja reconhecido e tenha força para se organizar e ocupar espaços de poder, assim como reivindicar pautas específicas, é necessário que ele assim como suas necessidades sejam nomeados, tal como defendem as feministas negras. Entretanto, considerando as relações de poder que regem a sociedade estruturada da maneira que é conhecida hoje, é possível afirmar que, para alguns grupos, o resgate de sua história enfrenta mais obstáculos. No caso dos Estados Unidos, a elaboração estratégica do governo para designar as palavras “latinos” e “hispânicos” como termos *guarda-chuva* a todos os grupos sociais derivados da América Latina teve um objetivo político, tal como se explica:

O rótulo “hispânico” foi designado pelo governo dos Estados Unidos como uma estratégia deliberada de apagamento principalmente das histórias dos Chicanos (descendentes do México) e Porto Riquenhos, precisamente no momento histórico da crise política caracterizada pela militância racial das décadas de 1960 e 1970 (Oboler 1995; cf. Omi and Winant 1986). Em 1969 o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon proclamou a “Semana do Patrimônio Nacional Hispânico”, que agiu para misturar as distintas experiências históricas de Mexicanos e Porto Riquenhos na exata conjuntura de quando Chicanos e Porto Riquenhos estavam engajados de maneira crescente em atos militantes e muitas vezes nacionalistas de afirmação cultural como grupos diferentes, com distintas histórias de subjugação e resistência, e enfatizando suas demandas políticas

específicas (e potencialmente divergentes) (Oboler 1995:81-84) (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 4, tradução nossa).⁵

Em um momento marcado pelas consequências do Movimento dos Direitos Civis da população negra nos Estados Unidos, grupos descendentes da América Latina possuíam uma presença política crescente e contundente, até então inédita no país. No entanto, a resposta do governo norte-americano foi uma movimentação estratégica que uniu cidadãos descendentes do México e de Porto Rico, que eram os dois grupos latino-americanos de maior representatividade na época, no termo “hispânico” a fim de ilustrar um grupo homogêneo em uma tentativa de enfraquecer e silenciar as demandas e circunstâncias específicas de cada grupo.

Assim, podemos compreender que o termo “hispânico” reduzido à abordagem étnica não contribui para que os indivíduos latino-americanos organizem uma mobilização política que possa identificar o papel da hegemonia norte-americana na construção de suas vivências de desigualdade social e subordinação racial nos Estados Unidos (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003).

A elaboração do significado da etnia hispânica foi institucionalizada pela mídia e pelas escolas de forma alinhada a essa ideologia que unifica o grupo e minimiza as diferenças existentes. Aspectos culturais, como a alimentação, a religião e os costumes, foram anexados ao que significa ser latino/hispânico (mais uma vez, como se fossem sinônimos) e, assim, ficou reduzida a existência de grupos com heranças, histórias e resistências diferentes a uma *persona* que pressupõe representar todos os indivíduos de origem na América Latina.

É interessante observar como a abordagem pedagógica, ao apresentar programas de “inclusão latina e hispânica”, reduziu esses diversos grupos a costumes culturais (sem ramificar suas origens). E, por isso, desconsiderou os contextos social e histórico que guiam a racialização dos latinos como minorias sociais nos Estados Unidos (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 5).

⁵ “The “Hispanic” label was devised by the U.S. state as a deliberate strategy of erasure with regard to the more particular histories of Chicanos and Puerto Ricans, precisely at that historical moment of political crisis characterized by the racial militancy of the 1960s and 1970s (Oboler 1995; cf. Omi and Winant 1986). In 1969 U.S. President Richard Nixon’s proclamation of a “National Hispanic Heritage Week” served to conflate the different historical experiences of Mexicans and Puerto Ricans at the precise juncture when Chicanos and Puerto Ricans were each engaged in increasingly militant and often nationalist acts of cultural affirmation as distinct groups, with particular histories of subjugation and resistance, and emphasizing their specific (and potentially divergent) political demands (Oboler 1995:81-84).”

Em um paralelo com o Brasil, é possível refletir sobre a população indígena que é, repetidamente, retratada de forma caricata nas escolas, nas produções culturais e na mídia de massa. O resultado é um país que, de maneira geral, invisibiliza e silencia sua história e insiste em reduzir os povos originários a estereótipos infantis e ausentes de identidade própria, reproduzindo preconceitos por gerações.

A participação da mídia nesse processo que beneficia a ideologia de determinados grupos em detrimento de outros caracteriza-se como violência cultural, pois “a comunicação tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos” (CABRAL, SALHANI, 2017, p. 1). E se no imaginário social há essa construção que reduz diversos grupos a um só e, assim, priva suas individualidades e existências integrais, sucede a tentativa repetida do apagamento de suas identidades assim como ocorre com suas histórias.

Assim como explorado na reflexão sobre gênero, a unificação de diferentes grupos em um só termo, como “mulheres” e “latinos/hispânicos”, é limitada e reduz existências distintas a estereótipos. A construção dessa imagem serve a outros propósitos, mas não ao reconhecimento. E, de acordo com Genova e Ramos-Zayas (2003, p. 5), é por sua própria construção despolitizada e comercializável.

Já a “latinidade como um princípio de organização racial pode adquirir um significado sem precedentes na produção de uma identidade política de oposição que visa garantir direitos substantivos de cidadania, titularidades e representação eleitoral” (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 7, tradução nossa)⁶. Essa organização política é uma das alternativas com potencial de transformação na estrutura violenta, pois configura-se na abertura ao diálogo, mediante a pluralidade e ao debate. E, da mesma forma, apresenta-se relevante para o contexto político, pois esse diálogo, uma vez que ocorre na esfera do entendimento e do desentendimento, retrata um aspecto democrático (SIGNATES, 2000 apud CABRAL, SALHANI, 2017, p. 7).

A chegada da diversidade a espaços de poder também é importante, pois ilumina pautas específicas de diversos grupos que, caso contrário, não seriam tópicos nos lugares de influência, que em geral são compostos majoritariamente e historicamente por grupos que reforçam um sistema desigual. De acordo com Genova

⁶ “Latinidad as a principle of racialized organization can acquire unprecedented meaning in the production of an oppositional political identity aimed at securing substantive citizenship rights, entitlements, and electoral representation.”

e Ramos-Zayas (2003, p. 8), o próprio termo “latino”, quando definido a fim de reduzir existências distintas, desconsidera particularidades essenciais ao debate, produzindo apenas dois sentidos: todos os indivíduos e grupos com origem na América Latina são iguais e também compõem uma minoria social unitária configurada nas mesmas circunstâncias.

Grupos que compartilham história e origem certamente estão conectados por meio de múltiplas circunstâncias e, ao considerarmos a identidade latina além de uma abordagem que foca aspectos culturais, é possível visualizar a história compartilhada de resistência presenciada por países da América Latina. Da mesma forma, também é possível reconhecer o caráter colonialista e imperialista que caracteriza a relação dos Estados Unidos com a América Latina como um todo, que sempre foi política e racializada. Porém, o discurso estadunidense homogeneizante e racializado constrói a narrativa de que a identidade latina é limitada e reduzida às suas semelhanças, muitas vezes, caracterizadas por estereótipos (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 10). A abordagem imperialista faz parte de um sistema de violência estrutural e, por vezes, direta que é institucionalizado “pelos aspectos de uma cultura, o que dá origem à violência cultural” (GALTUNG, 2003 apud CABRAL, SALHANI, 2017, p. 1).

Segundo Susan Coutin apud Genova e Ramos-Zayas (2003, p. 11), o processo de imigração para indivíduos mexicanos e centro-americanos, em teoria um procedimento imparcial, é regido pela preferência a um perfil que espelha o grupo social dominante nos aspectos racial, de classe, de gênero, étnico e heteronormativo. Em seu trabalho, que se apoiou nos procedimentos dos departamentos de serviço jurídico de três grandes organizações comunitárias da América Central, sediadas em Los Angeles, Coutin expõe que o sucesso no processo de imigração e documentação está diretamente relacionado a quão profunda é a incorporação da identidade estadunidense. E mais do que isso, é importante que os indivíduos demonstrem ruptura com as culturas de seus países de origem, além de requisitar, dessas pessoas, uma performance que reflita a cultura branca e heterossexual para provar seu merecimento. A consequência desse processo regido por uma estrutura de cultura hegemônica e violenta é o impedimento de uma inclusão legal e social completa, não só para os indivíduos no processo de documentação, mas também para outros cidadãos estadunidenses de origem em países latino-americanos (GENOVA, RAMOS-ZAYAS, 2003, p. 11). Ao tipificar a violência estrutural, Galtung (2016) fala sobre a negação de necessidades identitárias, que

[...] pode se definir em termos de socialização, entendida como interiorização da cultura. Há um duplo aspecto: para ser ‘dessocializado’ da própria cultura é preciso ser ressocializado em outra cultura; como acontece com a proibição e a simultânea imposição de uma língua. Uma não pressupõe a outra. Mas frequentemente se unem na categoria de cidadania de segunda classe, onde o grupo submetido (não tem que ser necessariamente uma minoria) se vê forçado a manifestar a cultura dominante e não a sua própria cultura, pelo menos em espaços públicos. (GALTUNG, 2016, p. 152, tradução nossa)⁷

Portanto, partindo dessa reflexão, podemos entender que um sistema concebido em uma estrutura violenta só mantém sua posição se bem fundamentado em uma cultura que legitime a violência e seu ciclo, pois “a violência cultural faz com que a violência direta e a estrutural se mostrem, e inclusive sejam percebidas, como carregadas de razão ou, pelo menos, que se sinta que não estão equivocadas” (GALTUNG, 2016, p. 149, tradução nossa)⁸.

⁷ “se puede definir en términos de socialización, entendida como interiorización de la cultura. Hay un doble aspecto: para ser «des-socializado» de la propia cultura es preciso ser resocializado en otra cultura; al igual que sucede con la prohibición y la simultánea imposición de una lengua. La una no presupone la otra. Pero a menudo se unen en la categoría de ciudadanía de segunda clase, donde el grupo sometido (no tiene porqué ser necesariamente una minoría) se ve forzado a manifestar la cultura dominante y no la suya propia, al menos no en espacios públicos.”

⁸ “La violencia cultural hace que la violencia directa y la estructural aparezcan, e incluso se perciban, como cargadas de razón, –o al menos, que se sienta que no están equivocadas–.”

4. ESTUDO DE CASO: A CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO DE ALEXANDRIA OCASIO-CORTEZ

Este capítulo pretende analisar parte da comunicação veiculada em 2018 pela campanha da atual deputada estadunidense, Alexandria Ocasio-Cortez. Levando em consideração o cenário político atual dos Estados Unidos, busca-se analisar os significados transmitidos pelo discurso da campanha de comunicação escolhida por meio de categorias analíticas do Jornalismo para a Paz. A campanha de 2018 da deputada Alexandria Ocasio-Cortez foi escolhida como estudo de caso desta pesquisa, tendo em vista o fato dela ser uma mulher latina da classe trabalhadora, que também é uma grande influenciadora digital. Sua presença na esfera política possui relevância simbólica importante, uma vez que representa grande parte dos grupos minorizados na realidade estadunidense.

4.1 Metodologia

De acordo com Lakatos e Marconi (p. 43), qualquer pesquisa exige que o pesquisador trabalhe com dados, e estes podem ser obtidos por meio da documentação direta ou indireta. O processo da documentação indireta “divide-se em pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)” (LAKATOS, MARCONI, 1992, p. 43). Para a fundamentação teórica deste trabalho, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, escolhida para garantir criticidade à análise do estudo de caso, e o próprio estudo de caso como método capaz de investigar “uma dada realidade sem características generalizantes” (COTTA, MASSO, SANTOS, 2014, p. 9). O estudo de caso permite, a partir da escolha do cenário representativo, que a análise seja mais pontual, considerando que se selecione o caso que “representa mais adequadamente aquilo que [se] quer investigar” (COTTA, MASSO, SANTOS, 2014, p. 9).

A metodologia escolhida para o estudo do material selecionado foi a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 95), essa metodologia possui três fases: a pré-análise – a exploração do material e o tratamento dos resultados –, a inferência e a interpretação. A considerar que a pré-análise é a fase do planejamento em que se elegem os documentos a serem submetidos e em que há a preparação do conteúdo para a análise (BARDIN, 2011, p. 95), foram escolhidos a plataforma e os conteúdos

a serem analisados. Também, nesse momento do trabalho, foi feita a transcrição de áudio dos vídeos selecionados e suas traduções do inglês para o português. A exploração do material é definida por Bardin (2011, p. 101) como “a administração das decisões tomadas”, ou seja, é o momento em que o conteúdo é analisado de acordo com os critérios definidos. As classificações que guiaram a análise de conteúdo apoiaram-se nos princípios do Jornalismo para a Paz, elaborada por Galtung (Quadro 1), e que apresenta elementos relevantes para a compreensão da produção discursiva pautada em categorias analíticas. O momento de interpretação, última fase apresentada por Bardin, foi realizado com base nos princípios determinados previamente com fundamentação na contextualização teórica e histórica abordada no trabalho.

Quadro 1. Quadro comparativo entre o Jornalismo para Paz e o Jornalismo de Guerra/Violência de Johan Galtung.

Jornalismo para a paz	Jornalismo de guerra
I. Orientado para a paz/conflito - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempo abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura	I. Orientado para a guerra/violência - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - "Nós contra eles"; voz somente para "nós" - Vê "eles" como o problema e foca em quem prevalece na guerra - Desumaniza "eles", especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais
II. Orientado para a verdade - Expõe as inverdades de todas as partes	II. Orientado para a propaganda - Expõe inverdades sobre "eles" e ajuda a encobrir as "nossas" mentiras
III. Orientado para as pessoas - Foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças, idosos	III. Orientado para as elites - Foca no "nosso" sofrimento; tem homens da elite como porta-vozes
IV. Orientado para soluções - Paz = não-violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica - Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação	IV. Orientado para a vitória - Paz = vitória + cessar-fogo - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido conquistada - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada - Parte para outras guerras e retorna à mesma caso hajam questões pendentes

Fonte: extraída de Cabral e Salhani (2017, p. 4)

Partindo do Quadro 1, podemos elencar as seguintes categorias analíticas que serão utilizadas como matriz conceitual para a análise da produção discursiva dos cinco vídeos selecionados da campanha de comunicação de Alexandria:

- Orientado para a paz/conflito
- Orientado para a guerra/violência
- Orientado para a verdade
- Orientado para a propaganda
- Orientado para as pessoas

- f) Orientado para as elites
- g) Orientado para as soluções
- h) Orientado para a vitória

Com base nas categorias indicadas, realizamos a análise de conteúdo buscando identificar se são perceptíveis no discurso da campanha de comunicação para as eleições de 2018 de Alexandria Ocasio-Cortez.

O objeto de análise escolhido para esta pesquisa foi o conteúdo textual de cinco vídeos disponibilizados na plataforma Youtube pela campanha de 2018 da deputada, hoje eleita e já reeleita, Alexandria Ocasio-Cortez. Os vídeos referentes ao período de maio a junho de 2018 foram selecionados de acordo com seu conteúdo, para que a análise pudesse focar os discursos que mais se diferenciavam daquilo que tradicionalmente é dito e disseminado na esfera política, principalmente em campanhas de comunicação no contexto político.

4.2 Contextualização

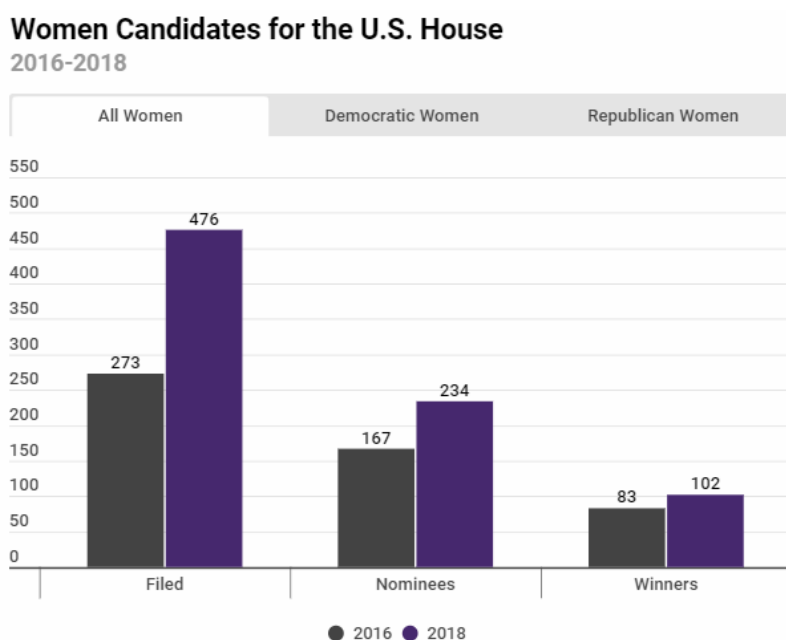
Alexandria Ocasio-Cortez nasceu no Bronx em Nova Iorque, em uma família da classe trabalhadora, da qual faz parte da terceira geração. Seu pai tinha um pequeno negócio e sua mãe, nascida em Porto Rico, era empregada doméstica. Ocasio-Cortez frequentou escola pública e, posteriormente, a Universidade de Boston (Boston University). De acordo com informações em seu *site*, a desigualdade social sempre esteve presente em sua vida (Ocasio Cortez). Essas circunstâncias fizeram de Alexandria o oposto do perfil majoritário do representante político no Congresso dos Estados Unidos, uma das razões pela qual a parceria das organizações *Brand New Congress* e *Justice Democrats* a escolheu para se candidatar ao Congresso. As duas organizações têm como propósito eleger cidadãos comuns, trabalhadores, que compreendem e experienciam as dificuldades do cotidiano de grande parte das famílias e pessoas comuns que vivem nos Estados Unidos.

Em 2016, os fundadores do *Justice Democrats* colocaram uma chamada *on-line* para todo o país, pedindo que estadunidenses indicassem líderes de suas comunidades para concorrer ao Congresso. Gabriel Ocasio-Cortez indicou sua irmã, Alexandria, que na época trabalhava como garçonne em um restaurante. O processo

desenvolvido pela organização uniu pessoas diferentes, de históricos e experiências igualmente distintas, com o intuito de transformar o Congresso em uma esfera política mais representativa. Alexandria Ocasio-Cortez foi uma das escolhidas para concorrer ao Congresso, e assim o fez em 2018, concorrendo como candidata a deputada do Distrito 14 de Nova Iorque pelo Partido Democrata.

As eleições de 2018 dos Estados Unidos obtiveram recorde de candidatas mulheres (Folha de São Paulo, 2018) e um aumento significativo em relação à eleição anterior em 2016, conforme demonstra a Figura 1.

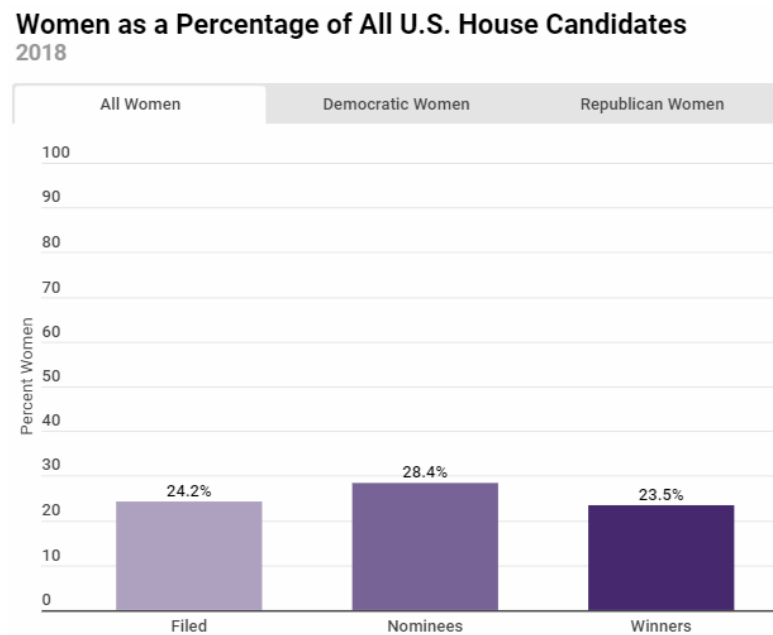
Figura 1. Candidatas mulheres para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.



Fonte: Center For American Women and Politics (CAWP).

Considerando todos os candidatos ao Congresso em 2018, ano de recorde, as mulheres ainda são minoria significativa, alcançando 28,4% das indicações e 23,5% das pessoas eleitas, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2. Porcentagem de mulheres entre todos os candidatos para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.



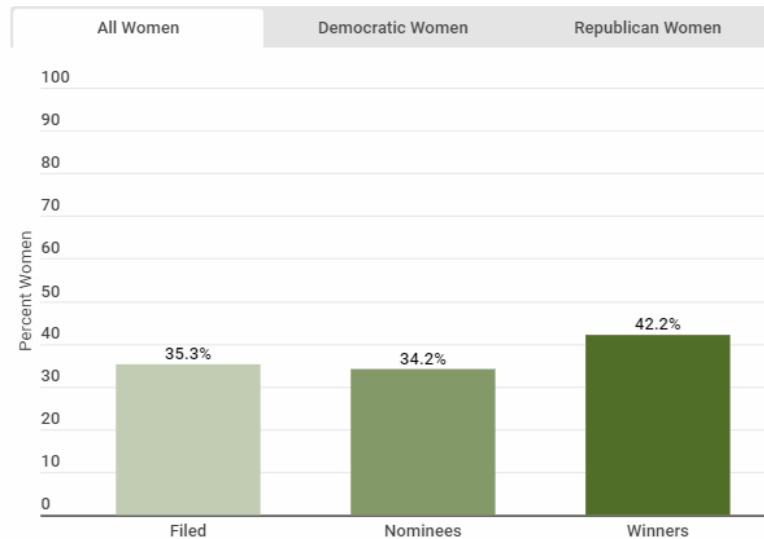
Fonte: Center For American Women and Politics (CAWP).

Em um recorte para mulheres não brancas, é possível visualizar a disparidade que há entre a representatividade feminina branca e a não branca, desde o momento da indicação até as candidatas efetivamente eleitas, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3. Porcentagem de mulheres de cor entre todas as candidatas mulheres para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Women of Color as a Percentage of All Women Candidates for the U.S. House

2018



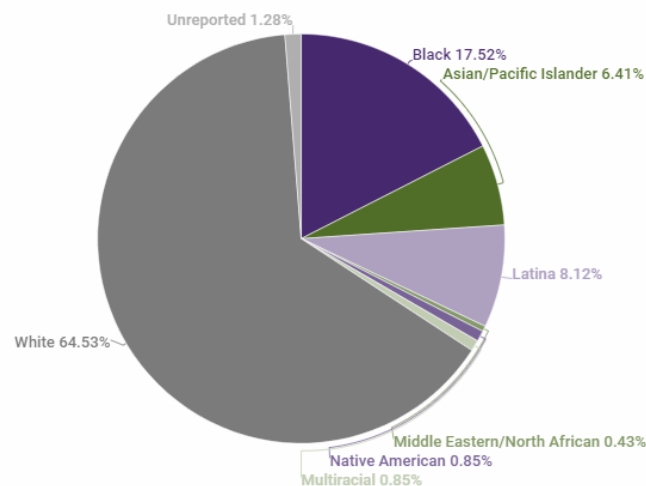
Fonte: Center For American Women and Politics (CAWP).

E, analisando pela perspectiva racial, nota-se que nas indicações para concorrer ao Congresso, a representatividade feminina latina é expressiva minoria, alcançando apenas 8,12%, conforme é demonstrado na Figura 4.

Figura 4. Porcentagem de mulheres indicadas para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, categorizadas por raça.

Women Nominees for the U.S. House, by Race

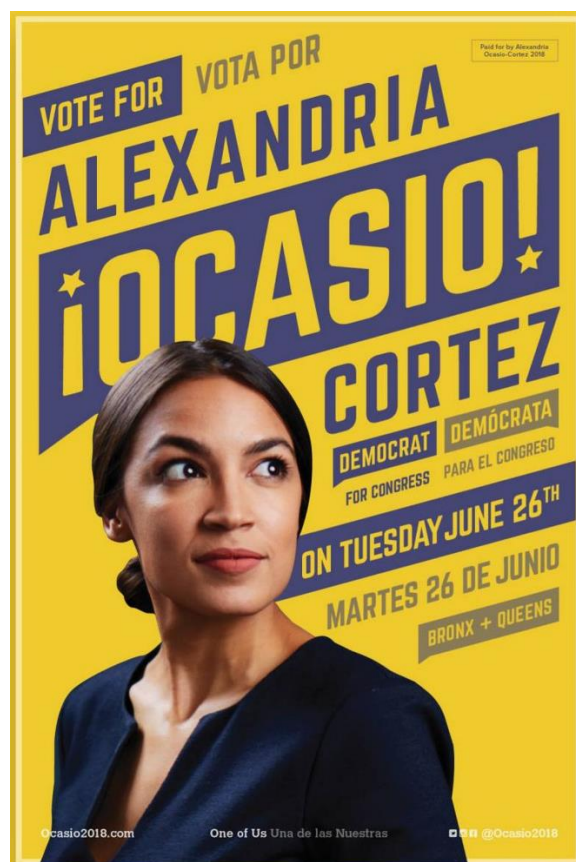
2018



Fonte: Center For American Women and Politics (CAWP).

Desde seu início, a candidatura de Alexandria Ocasio-Cortez teve como ponto central a transformação política, que ocorreu por ação de duas organizações fundadas com o propósito de tornar a Câmara de Representantes dos Estados Unidos mais diversa e representativa - *Brand New Congress* e *Justice Democrats*. Assim como seus cartazes de campanha (conforme figura 5) chamaram atenção por seu aspecto inovador, isso também ocorreu com seus discursos e ideias.

Figura 5. Cartaz de campanha de Alexandria Ocasio-Cortez em 2018.



Fonte: *El País*, 2018.

A escolha da candidata e do conteúdo textual de sua campanha de comunicação como objeto de análise desta pesquisa se justifica porque em um cenário político polarizado, a radicalização de discursos é sustentada por uma comunicação que naturaliza a violência. Portanto, é essencial evidenciar a relevância da representatividade cidadã na esfera política mediante indivíduos dispostos a dialogar e a produzir outra comunicação. O fato de Alexandria ser uma mulher da classe trabalhadora e descendente de imigrante porto-riquenha também foi fator

decisivo, pois apresenta um perfil que se afasta daquele que tem sido predominante nos espaços políticos nos Estados Unidos. Por essa razão, partimos do entendimento e da observação de que seu discurso oferece novas perspectivas dando visibilidade para questões interseccionais que recortam gênero, raça e classe nos Estados Unidos.

4.3 Análise dos textos veiculados em cinco vídeos da campanha de comunicação de 2018 de Alexandria Ocasio-Cortez, candidata à deputada ao Distrito 14 de Nova Iorque

O primeiro vídeo divulgado no canal da campanha de 2018 da candidata Ocasio-Cortez tem o título “*Political Courage | Alexandria Ocasio-Cortez*” e foi publicado no dia 29 de maio de 2018. É um vídeo curto de apenas 16 segundos, que transmite uma mensagem breve, mas que está presente nos conteúdos seguintes, uma vez que é a apresentação dos ideais que orientam essa campanha política: “O que o Bronx e o Queens precisam é de *Medicare-for-all*⁹, faculdade pública gratuita, garantia de empregos federais e reforma da justiça criminal. Não é preciso cem anos para fazer isso, basta coragem política” (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Essa fala sucinta já apresenta indícios do tom que guiou o conteúdo divulgado posteriormente, já que apresenta projetos voltados para a comunidade e busca reformulação na forma como a sociedade se estrutura. Essas mensagens, objetivas no discurso, aproximam-se da categoria analítica *orientada para as pessoas* (Quadro 1), pois seu ponto de partida é o sofrimento de distintas pessoas daquela região.

⁹ Projeto político de programa nacional de seguro-saúde com o propósito de fornecer cobertura de saúde abrangente e gratuita no local do serviço a todos nos Estados Unidos.

Figura 6. Print da capa do vídeo 1, “Political Courage”.



Fonte: Youtube

O vídeo 2, “Alexandria Ocasio-Cortez *featured on NowThis*”, publicado no dia 30 de maio de 2018, no Youtube, é a versão editada de uma entrevista completa da candidata para o portal de notícias *NowThis News*. Entre os vídeos selecionados para este capítulo, esse é o que mais produz referências à representatividade política, termo que também pode ser definido como a ação de dar voz a todas as partes, proposto por Galtung.

A fala do vídeo começa com “Nosso distrito é 70% composto por pessoas de cor e nós nunca tivemos uma pessoa de cor nos representando na história do país”. *People of color* – pessoas de cor (tradução nossa) – é o termo utilizado para pessoas não brancas nos Estados Unidos, um país que, de acordo com Genova e Ramos-Zayas (2003), é regido por um Estado de dominância branca que configura relações de poder racializadas.

Os autores defendem ainda que, em um contexto de polaridade entre branquitude e negritude na discussão racial, a formação latina não é considerada racializada pelos órgãos oficiais e parte do senso comum. Entretanto, a fala de Ocasio-Cortez mostra, de acordo com a formação histórica latina explorada no capítulo anterior, que há hiatos importantes nesse debate, possivelmente causados pela predominância branca nos espaços de poder. Essas circunstâncias definem a estrutura que colabora com o ciclo de violência contra pessoas não brancas no qual o

país foi sustentado. A opção por iniciar o seu discurso dessa forma demonstra atenção ao que Galtung chama de “efeitos invisíveis da violência” (Quadro 1), foco que fundamenta todo o seu discurso:

Eu cresci vendo como um CEP pode realmente determinar o seu destino. E como as escolas públicas eram diferentes, os hospitais públicos eram diferentes, nosso acesso, nosso meio ambiente, nosso ar era diferente, e tudo voltava para a questão da desigualdade social. E sabendo disso, eu fui para a faculdade, estudei política e trabalhei para o falecido senador Kennedy. Eventualmente transformou-se em ativismo, e aqui estou, concorrendo para o Congresso. (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa)

Uma vez construída a denúncia de uma estrutura desigual e, como Genova e Ramos-Zayas (2003) apontam, racializada, a fala do vídeo 2 caminha para uma comunicação caracterizada pela categoria analítica *orientada para soluções* (Quadro 1). Isso porque uma vez focada na estrutura e na cultura que a legitima, o texto adquire um tom de resolução e reconstrução:

Eu não sou a única concorrendo com uma campanha limpa, e é isso que torna esse movimento tão poderoso. Uma das perguntas que eu recebo às vezes é “Como você vai fazer alguma mudança? Mesmo se nós te elegermos, você é apenas um voto, e têm 535 membros no Congresso, então por que importa? Você sabe, nada vai mudar.” Eu sou parte de uma coligação nacional de candidatos organizados através de duas organizações, Brand New Congress e Justice Democrats, e há um total de 51 candidatos para o Congresso pelo país todo que não aceitaram dinheiro corporativo (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

O discurso constrói a narrativa que apresenta uma alternativa, um novo modo de fazer a própria atividade política. Antes, nesse mesmo discurso, Alexandria fala de seu oponente destacando a maneira como financia sua campanha política:

O nome do meu oponente é Joseph Crowley e ele é o líder da Casa Democrática Caucus. Ele recebe aproximadamente \$3 milhões por ciclo de farmacêuticos de Wall Street, promotores de imobiliárias de luxo, capital privado e, na verdade, ele recebe dinheiro das mesmas pessoas que financiam a presidência do Trump. Então nós estamos dando a primeira eleição primária ao Distrito 14 de Nova Iorque em quase uma geração, em 14 anos (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Ainda, o discurso do vídeo 2 expõe uma narrativa na qual se apresenta um determinado problema e, posteriormente, uma resposta sobre como agir frente a ele. Apesar de as denúncias serem referentes a questões distintas, todas voltam ao ponto

central, que é a desigualdade social e a maneira como a representação política colabora com ela. Em seu encerramento, Ocasio-Cortez aborda, justamente, essa questão:

Se nós olharmos para o Congresso agora, ele é homogêneo em tantos jeitos diferentes. O Congresso de agora é majoritariamente composto por advogados. O Congresso agora é 80% masculino. O Congresso agora é majoritariamente branco. E nosso país é muito mais do que isso (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Ao longo deste trabalho, o referencial teórico estudado nos ajudou na reflexão que aponta a relevância de um sistema político representativo, pois a consequência dessa configuração é um diálogo mais aberto e, por isso, mais fiel à democracia. À vista disso, além das classificações que caracterizam o texto do vídeo como alinhado à comunicação feita com base nos princípios do Jornalismo para a Paz, essa abordagem é uma oposição à comunicação de categoria analítica *orientada para as elites* (Quadro 1), que tem como porta-vozes homens pertencentes à elite, que coincidem com o perfil que compõe o Congresso, descrito por Ocasio-Cortez na finalização de sua fala.

Figura 7. Print da capa do vídeo 2, “Alexandria Ocasio-Cortez featured on NowThis”.



Fonte: Youtube

O conteúdo do vídeo 3, “*The Courage to Change* | Alexandria Ocasio-Cortez”, publicado no dia 30 de maio de 2018 no Youtube, inicia seu desenvolvimento contando

a história de vida da candidata Ocasio-Cortez, com frases curtas, objetivas na transmissão da mensagem e que apresentam significados alinhados à identidade da campanha. O discurso inicia desta forma:

Mulheres como eu supostamente não devem concorrer a esse cargo. Eu não nasci em uma família rica ou poderosa. Mãe de Porto Rico, pai do sul do Bronx. Eu nasci em um lugar onde o seu CEP determina o seu destino. Meu nome é Alexandria Ocasio-Cortez (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Na abertura do discurso, Alexandria já reivindica sua identidade: é mulher, descendente de mãe imigrante e sua origem é uma família da classe trabalhadora. Tendo em mente a contextualização histórica apresentada no capítulo anterior, essa abertura transmite mais do que o resgate de sua identidade, mas evidencia e denuncia a história de um país que, repetidamente, resiste à voz das mulheres, dos trabalhadores e dos imigrantes descendentes de países da América Latina. E, por esse motivo, pertence à categoria analítica *orientada para as pessoas*, conforme princípio do Jornalismo para a Paz (Quadro 1). Efetivamente, podemos compreender que visibilizar essa história é dar voz a grupos que frequentemente não são reconhecidos nos espaços de poder.

A fala de Ocasio-Cortez prossegue com foco nas pessoas, pois conta sua trajetória profissional e sua vivência como uma mulher da classe trabalhadora até chegar a um ponto importante:

Depois de 20 anos da mesma representação, nós temos que perguntar: para quem Nova Iorque está mudando? Todos os dias fica mais difícil sobreviver para famílias trabalhadoras como a minha. Os aluguéis aumentam, os planos de saúde cobrem menos, e nossa renda continua a mesma. Está claro que essas mudanças não ocorreram para nós e nós merecemos um defensor (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

O aspecto relevante que se distingue é o uso do pronome da primeira pessoa do plural. Com essa referência a “nós”, unindo-se às identidades que reconheceu em sua apresentação pessoal - mulheres, pessoas não brancas, imigrantes e/ou descendentes de imigrantes e classe trabalhadora -, o conteúdo desse discurso contraria um princípio central do Jornalismo de Guerra: a rivalidade do “nós” contra “eles” (Quadro 1).

Galtung (2003, p. 4) considera a cultura profunda como a integração de suposições, inclusive sobre conflitos, que podemos considerar como o senso comum

enraizado na sociedade. Sobre os conflitos, o autor apresenta o pensamento dualístico em que há o “Nós” e o “Eles”, o “Eu” contra o “Outro”. Esse *Outro* é marginalizado e tem sua imagem construída na *persona* do inimigo. Essa construção justifica uma existência – a do *Eu/Nós* – e legitima a violência contra outra – a do *Outro/Ele* –, pensamento próximo ao utilizado neste trabalho para definir a construção do significado da mulher e da pessoa não branca, especificamente na sociedade estadunidense. Um discurso inflamado e que visa à violência pode utilizar o termo “nós” para construir identificação com um grupo hegemônico a fim de justificar violências, se evoca voz somente para um grupo (Quadro 1). O diferencial dessa construção analisada é justamente a pluralidade evocada dentro do pronome. Nesse discurso, o “Nós” não se refere apenas às mulheres ou aos homens ou aos imigrantes com origem em países latino-americanos. Diz respeito a um conjunto de grupos marcados por suas diferenças, que historicamente foram silenciados.

Em seu discurso, quando Ocasio-Cortez se refere à rivalidade, faz da seguinte forma:

Está na hora de lutar por uma Nova Iorque que famílias trabalhadoras podem pagar. É por isso que eu estou concorrendo ao Congresso. Essa disputa é sobre pessoas contra dinheiro. Nós temos pessoas, eles têm dinheiro. É hora de nós reconhecermos que nem todos os Democratas são iguais. Que um democrata que recebe dinheiro corporativo, lucra com execução hipotecária, não vive aqui, não manda seus filhos para as nossas escolas, não bebe a nossa água ou respira o nosso ar não pode nos representar (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Candidata à época, Alexandria Ocasio-Cortez fez uma campanha sem aceitar financiamento de grandes corporações. Uma das fotos emblemáticas de sua campanha foi a foto dos sapatos usados por ela durante a disputa eleitoral (Figura 5). Ocasio-Cortez bateu de porta em porta para apresentar sua candidatura pelo Partido Democrata, colher assinaturas e conquistar votos. E seus sapatos são a prova física do trabalho cotidiano. Ainda em 2018, seus sapatos foram expostos na exibição “*Women Empowered: Fashions from the Frontline*” (Cornell Costume Collection), ao lado de itens expressivos da história do país, como o colar de Ruth Bader Ginsburg, segunda mulher nomeada à Suprema Corte norte-americana e símbolo da luta pelo direito das mulheres nos Estados Unidos.

Figura 8. Os sapatos usados na campanha de 2018 de Alexandria Ocasio-Cortez.



“Algumas pessoas estão dizendo que eu ganhei por razões demográficas. Em primeiro lugar, isso é falso. Nós ganhamos com votos de todos os tipos. Em segundo lugar, aqui está uma foto do meu primeiro par de sapatos da campanha. Eu bati em portas até a água da chuva entrar na minha sola. Respeitem o esforço. Nós ganhamos porque trabalhamos mais do que a oposição. Ponto final.”

Fonte: Twitter

Portanto, quando a fala do vídeo 3 expõe a disputa que esteve em jogo naquela eleição política, ela se refere a dois modelos diferentes de campanha. Um deles está no significado que essa construção textual carrega: uma campanha fundamentada em doações da elite, que já é beneficiada pela estrutura social do país, é uma campanha que está comprometida desde seu início. Em contraposição, uma campanha feita por pessoas comuns para pessoas comuns e que coloca o candidato político ao lado de seus eleitores, tende a ser muito mais representativa da cidadania.

Nesse trecho, é possível identificar dois aspectos do Jornalismo para a Paz. O primeiro é que o texto se identifica com a categoria analítica *orientada para a paz*

(Quadro 1), pois “explora a formação de conflitos [...], apresenta os conflitos com transparência e foca nos efeitos invisíveis da violência: danos à estrutura e à cultura” (Quadro 1). Ainda, ao delinear, de maneira sucinta, a problemática de uma elite que concentra dinheiro e poder, o discurso faz referência à estrutura e à cultura que sustentam um sistema que produz desigualdades. Também nesse trecho, é possível perceber o segundo aspecto, de acordo com o quadro de Galtung (Quadro 1): o discurso *orientado para soluções*. É possível identificar a presença dessa categoria analítica, uma vez que, ao olhar de maneira crítica para a sociedade, ele apresenta a busca de uma solução como alternativa ao método tradicional, que revela ser limitante. Essa consideração vai além da escolha de não aceitar dinheiro corporativo em sua campanha e se aproximar, enquanto candidata política, dos eleitores. O texto do vídeo 3 termina com a fala muito próxima à do primeiro vídeo:

O que o Bronx e o Queens precisam é *Medicare-for-all*, faculdade pública gratuita, garantia de empregos federais e reforma da justiça criminal. Nós podemos fazer isso agora, não é preciso cem anos para fazer isso, basta coragem política. Uma Nova Iorque para todos é possível. É a hora de um de nós. Vote em Alexandria Ocasio-Cortez dia 26 de junho (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

A finalização apresenta ideias e projetos que vão além de um olhar fundado no capital. No ano da campanha, o financiamento universitário já apresentava uma situação em que quatro entre dez pessoas formadas no Ensino Superior estavam comprometidas com empréstimos, os quais alcançavam 1,5 trilhão de dólares (5,9 trilhões de reais) em 2018, “um montante que ultrapassa[va] a riqueza de uma economia avançada como a da Espanha” (EL PAÍS, 2018).

A proposta de faculdade pública gratuita, assim como outras propostas sinalizadas reforçam a categoria analítica de *orientada para soluções* (Quadro 1), já que buscam soluções para problemáticas urgentes.

Figura 9. Print da capa do vídeo 3, “The courage to change”.



Fonte: Youtube

O vídeo 4, "*What She's Fighting For*", publicado no dia 24 de junho de 2018, no Youtube, inicia uma sequência de vídeos em que distintos eleitores dizem por que confiarão seus votos à Alexandria. Em uma fala rápida, uma mulher afirma que aprecia muito as crenças e as lutas da candidata e diz: “Eu também aprecio a posição que ela tem sobre Porto Rico, a solidariedade que ela tem com pessoas que são americanas e não têm voz. Eu votarei em Alexandria Ocasio-Cortez.” (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa). Esse depoimento é resposta a um discurso que, alinhado à categoria analítica *orientada para as pessoas* (Quadro 1), conforme citado anteriormente, auxilia no processo de identificação de grupos marginalizados. O discurso da eleitora, por sua vez, pertence à categoria analítica *orientada para a paz* (Quadro 1), pois busca humanizar pessoas que, mediante um ciclo de violência estrutural e cultural, muitas vezes, têm suas dignidades reduzidas a estereótipos, conforme desenvolvido no capítulo 3. É o contrário de um discurso que se identifica com a categoria analítica *orientada para a violência*, tipificação do Jornalismo de Guerra (Quadro 1), que busca a desumanização de outros indivíduos.

Figura 10. Print de capa do vídeo 4, “What She’s Fighting For”.



Fonte: Youtube

O vídeo 5, “*It gives me hope for the future*”, publicado em 25 de junho de 2018, no Youtube, também faz parte dos vídeos com manifestações dos eleitores do Distrito 14, local onde a candidata concorreu. Em seu discurso, o eleitor diz que

Quando eu vejo alguém como a Alexandria, sendo não apenas anti-Trump, o que todos somos, mas também tendo uma visão que irá nos unir, que irá colocar o país inteiro em um caminho sustentável mais para frente, me dá esperança no futuro. Me dá um motivo para viver, para lutar (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

A referência ao 45º presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é carregada de significados, muitos deles pautados na categorização de Galtung referente ao Jornalismo de Guerra (Quadro 1). Donald Trump é o símbolo de um período em que o discurso de violência incentiva uma parcela da sociedade estadunidense que justifica violências. Para Galtung, a comunicação caracterizada pela categoria analítica *orientada pela propaganda* “expõe inverdades sobre ‘eles’ e ajuda a encobrir ‘nossas’ mentiras” (Quadro 1), e essa relação se evidencia quando consideramos a construção de ‘eles’ como os *outros*, e de ‘nós’ como os *sujeitos*. Comportamento característico do que significa o discurso trumpista nos Estados Unidos, uma vez que o ex presidente estadunidense é conhecido pela disseminação excessiva de *fake*

news e, inclusive, considerado em 2020 como o maior disseminador de *fake news* sobre a pandemia de Covid-19 (G1, 2020). Entretanto, ao tratar de notícias sobre seu governo, Trump utiliza o termo *fake news* para atacar quem discorda de seus posicionamentos ou denuncia suas ações. De acordo com o jornal BBC (2018), Donald Trump transformou o termo em propaganda a seu favor, o que iniciou um movimento eficiente de desinformação.

O sentido que o termo “anti-Trump” produz no discurso do vídeo 5, demonstra que a fala do eleitor, utilizada pela campanha, constrói significados no sentido oposto. É uma fala construída na empatia e que enxerga os efeitos invisíveis da estrutura e da cultura violentas que sustentam o país e, por isso, incentiva iniciativas humanizadas, que são características da categoria analítica *orientada para a paz* (Quadro 1), como se observa no final do discurso:

Se a Alexandria realmente for eleita para o Congresso dos Estados Unidos, essa é uma pessoa que irá lembrar de nós, que irá sempre colocar as pessoas em primeiro em seus pensamentos e sempre, absolutamente sempre, lutará pelos nossos direitos civis, políticos e socioeconômicos. Então para todos os meus amigos que vivem no Distrito 14 de Nova Iorque, votem na terça-feira, 26 de junho, em quem eu acho que é a melhor candidata política que já vi na minha vida, Alexandria Ocasio-Cortez. Essa é uma eleição que significa muito para todo mundo. Não apenas a esse distrito, mas a todo o país (OCASIO-CORTEZ, 2018, tradução nossa).

Ao afirmar que a eleição afeta o país inteiro, a fala do eleitor apresenta-se mais uma vez focada no coletivo e não apenas na comunidade à qual pertence.

Figura 11. Print de capa do vídeo 5, “It gives me hope for the future”.



Fonte: Youtube

Ao realizarmos a análise de conteúdo dos cinco vídeos selecionados da campanha de comunicação da candidata Alexandria Ocasio-Cortez, podemos inferir algumas questões gerais que permeiam sua produção discursiva. A primeira é que a categoria analítica *orientada para as pessoas* é muito frequente no discurso veiculado pela campanha, o que evidencia seu alinhamento com os princípios do Jornalismo para a Paz. O foco nas pessoas e em grupos minorizados, característico dessa categoria analítica, demonstra a importância da identidade social, apresentada no aprofundamento teórico. A forma como a identidade de Alexandria Ocasio-Cortez é apresentada está presente em todas as suas falas, e gera identificação de outros – como os eleitores dos vídeos 4 e 5. É um exemplo real da relação entre a identidade social e a organização política dos indivíduos e grupos sociais.

A segunda questão é a presença frequente da categoria analítica *orientada para soluções*, isso porque o discurso é construído quase sempre com foco na estrutura do problema, seguido de soluções previamente elaboradas, como o *Medicare-for-all*. E, em terceiro lugar, é possível refletir sobre a potência dos princípios do Jornalismo para a paz. O estudo de caso é um exemplo de que a comunicação na esfera política, especificamente em campanhas políticas, pode ser potencializada se desenvolvida a partir dos princípios propostas por Galtung (Quadro 1) seguindo o modelo do Jornalismo para Paz. De fato, o reconhecimento dessa campanha de

comunicação política construída com foco nas pessoas e nos problemas estruturais e culturais estadunidenses conquistou ampla visibilidade midiática internacional, o que também demonstra sua potencialidade como discurso político inclusivo e legitimidade histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No documentário *Knock down the house (Virando a mesa do poder)*, veiculado pela plataforma de *streaming* Netflix, Alexandria Ocasio-Cortez diz: “Eu senti como se tivesse um grande abismo neste país na hora de nos entendermos, de dialogarmos entre nós”. Partindo dessa frase, entendemos ser importante destacar que este trabalho buscou criar uma linha de raciocínio que tentou superar o senso comum que reduz o discurso, em especial, o discurso político, a opiniões individuais e isoladas.

Para Galtung (2016, p. 154, tradução nossa), “a violência direta é um sucesso; a violência estrutural é um processo com seus altos e baixos; [e] a violência cultural é [...] persistente, dada a lentidão com que se produzem as transformações culturais”¹⁰. Desse modo, podemos compreender que as mudanças culturais são processos complexos que exigem tempo, portanto, pensar a comunicação na perspectiva da inclusão de grupos minorizados é essencial para a transformação social.

Durante a breve reflexão feita a partir de um recorte da história recente dos Estados Unidos em relação a questões de gênero e raça, foi possível concluir que há narrativas que foram silenciadas ao longo do tempo e que devem ser visibilizadas, a fim de que se possa desnaturalizar a violência que as oprimem. Como se observou no referencial teórico trabalhado, a superação de determinadas violências exige profundas transformações culturais, que por sua vez demandam uma mudança na forma como o discurso é produzido. No desenvolvimento deste trabalho, pude perceber que efetivamente a comunicação constrói realidades, portanto, ela é um poderoso meio de transformação social.

O ano de 2018 foi especificamente para os Estados Unidos um ano em que o discurso representativo progressista deu um salto na esfera política. A vitória de Alexandria Ocasio-Cortez foi uma entre muitas outras de peso significativo para o país. O ano eleitoral seguinte à vitória de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, que teve sua campanha marcada por um discurso violento, excludente e preconceituoso em diversos aspectos, foi um marco progressista nas eleições estadunidenses. Em resposta a uma vitória política conservadora, que justificou a cultura de violência repetidamente, 2018 foi o ano em que as eleições estadunidenses atingiram recorde no número de candidatas mulheres (Folha de São Paulo, 2018).

¹⁰ “La violencia directa es un suceso; la violencia estructural es un proceso con sus altibajos; la violencia cultural es [...] persistente, dada la lentitud con que se producen las transformaciones culturales.”

Nesse contexto, Alexandria Ocasio-Cortez, que se tornou um dos rostos dessa renovação política, representou uma voz diferente no cenário político conservador até então. Em um contexto de voto não obrigatório e de um histórico de baixa participação ativa por parte dos jovens nas eleições do Congresso, de acordo com o jornal *The Washington Post*, em 2018, a porcentagem de eleitores entre 18 e 29 anos foi 36%, 16 pontos a mais do que a do ano de 2014. A mesma tendência ocorreu com cidadãos hispânicos, que alcançaram a porcentagem de 40% em comparação à de 27% em 2014, e com cidadãos asiáticos, que atingiu o índice de 41% em contraposição aos 27% de 2014 (The Washington Post, 2019). A configuração política deste ano demonstra a força da representatividade e, ainda, mostra que a comunicação pautada em princípios orientados para o Jornalismo para a Paz pode oferecer diretrizes importantes para o diálogo social.

Em 2020, novo ano eleitoral, os eleitores dos Estados Unidos escolheram democraticamente não reeleger Donald Trump, que terminou seu mandato no começo de 2021 e transferiu o posto ao democrata Joe Biden. Essa foi uma eleição marcada, entre outras coisas, pela tentativa incessante, por parte de Donald Trump, de incentivar desinformação de teor antidemocrático, revelando o não reconhecimento de sua derrota. No dia de 6 de janeiro de 2021, antes de uma sessão no Congresso, Donald Trump repetiu publicamente que os resultados das eleições estavam incorretos, o que é comprovadamente *fake news*, e incitou invasão ao Congresso:

Não vamos desistir, não vamos reconhecer a derrota. Isso não vai acontecer. Não quando existe fraude envolvida. Agora o Congresso deve confrontar esse ataque notório à nossa democracia. Nós vamos marchar para o Capitólio e vamos apoiar nossos senadores e congressistas (TRUMP, 2021).

A sequência irresponsável de diversos discursos violentos proferidos pelo 45º presidente do país resultou em uma invasão ao Capitólio, no qual está o Congresso dos Estados Unidos. No dia da sessão que confirmaria Joe Biden como presidente eleito do país, apoiadores de Trump invadiram o Capitólio de forma violenta, em um ato antidemocrático que recusava aceitar o resultado eleitoral já comprovadamente confirmado (G1, 2021). Os discursos de Trump e de seus apoiadores, construídos a partir de ideais de violência e antidemocráticos, justificaram entre seus iguais uma violência direta. A fim de conseguir alcançar seus objetivos, a invasão ao Capitólio

resultou em cinco mortes (G1, 2021). Isso ocorreu no mesmo país que teve uma onda progressista no Congresso em 2018 e, em 2020, reelegeu Alexandria Ocasio-Cortez.

Em contrapartida, discursos focados em pessoas e que buscam o diálogo, opostos aos discursos da violência, também têm resultados na cultura e que impactam a estrutura política por meio da representatividade. Em 2021, as mulheres são 144 (26.9%) entre os 535 membros no Congresso dos Estados Unidos, em contrapartida ao que ocorria em 2020, quando eram 126 (23.6%). Dessas mulheres eleitas em 2021, 26 ocupam cargos no Senado e 118 ocupam cargos na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, ao passo que, em 2020, esses números eram, respectivamente, 25 e 101. E, com um recorte específico para mulheres não brancas, os números apontam 52 entre as 144 mulheres do Congresso, o que totaliza a marca de 36.1%. Considerando o número total de membros do Congresso, 535, as mulheres *de cor* constituem 9,7% deles. Na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, por sua vez, 48 são mulheres *de cor*: 24 negras, 12 latinas, 7 asiáticas, 2 indígenas, 2 multirraciais e 1 do Oriente Médio (Center For American Women And Politics, 2021).

Como observado, os números da representatividade política estadunidense não espelham uma relação de equidade racial e de gênero, porque não é essa a estrutura do país, conforme abordado no decorrer deste trabalho. Entretanto, observa-se uma tendência de mudança na ocupação dos espaços políticos, que são lugares influentes nas relações de poder, e que pode ser caracterizada como positiva se mantiver a tendência atual.

Portanto, **resgatando nosso objetivo geral deste trabalho** que foi refletir e problematizar as relações de poder com foco nas questões de gênero e raça que permeiam os discursos produzidos pela campanha de comunicação da deputada estadunidense Alexandria durante as eleições de 2018, a fim de discutir a presença da mulher no cenário político tradicionalmente masculino e branco, podemos considerar que foi realizado. Por meio do resgate histórico realizado e da reflexão provocada referente ao discurso e às identidades sociais, foi possível identificar na análise do conteúdo aspectos pontuais que denunciam as relações de poder por meio dos recortes de gênero, raça e classe. E, ainda, a construção teórica deste trabalho possibilitou problematizar as desigualdades de gênero e raça na esfera política dos Estados Unidos.

Por fim, este trabalho conclui-se com a reflexão sobre a importância de um discurso que alcance uma representatividade política diversa, e nesse cenário é

pertinente recuperar a reflexão sobre o termo representatividade para compreendermos que esse é um processo político que exige atenção de nós, cidadãos eleitores. Conforme abordado nesse trabalho, a esfera política é uma das sustentações que estruturam a sociedade e, assim, é importante que o ambiente político seja ocupado por cidadãos comuns que direcionam ao máximo uma visão mais realista e plural para os espaços de decisão. Entretanto, a representatividade não se limita à identificação social de nos enxergarmos como grupo nos lugares de poder, mas se estende a ouvir nossas vozes em lugares nunca alcançados – o que não acontece quando o representante político faz parte de um grupo minorizado mas não advoga por ele.

Não é possível responder se, em alguns anos, estaremos mais próximos dessa conquista. Também não é possível prever se uma comunicação alinhada às categorias analíticas do Jornalismo para a paz será maioria entre o que é propagado pela cultura, pela mídia e pela esfera política no futuro próximo. Entretanto, como busca a reflexão deste trabalho, é possível notar que as nossas escolhas, como profissionais de comunicação e como cidadãos, reverberam na sociedade. Por isso, exigem um olhar humano que vislumbre um futuro mais justo e de mais diálogo.

Assim, conclui-se que todas as vivências são válidas e importantes para a convivência social democrática e, portanto, merecem ter suas vozes e pautas ouvidas. O conflito é inerente ao ser humano, mas há a opção de um caminho mais reflexivo e inclusivo, cujo potencial mediante o diálogo democrático busca promover a desnaturalização da violência em sociedade.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Saeed; MAXOURIS, Christina. CNN, 23 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/style/article/alexandria-ocasio-cortez-shoes-style-trnd/index.html>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: 2. Ed. São Paulo: Editora Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: 70 ed, 2011.
- CABRAL, Raquel ; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 20, p. 1-19, 2017.
- CARAZZAI, Estelita. EUA têm número recorde de mulheres candidatas em eleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/eua-tem-numero-recorde-de-mulheres-candidatas-em-eleicao.shtml>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- CLEMENT, Scott; MELLNIK, Ted. Young people actually rocked the vote in 2018, new Census Bureau data finds. **The Washington Post**, 23 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/04/23/young-people-actually-rocked-vote-new-census-data-find/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.
- COTTA, Maria Amélia C. C.; MASSO, Maria Candida S.; SANTOS., Maria Aparecida P. . Ética em pesquisa científica: conceitos e finalidades. 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Materialdidático-EAD).
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 31 de dezembro de 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**: 2 ed. Brasília: Editora UnB, 2019.
- GALTUNG, Johan. (2016). La violencia cultural, estructural y directa. **Cuadernos de Estrategia**, 183, 147-168.
- GENOVA, de Nicholas; RAMOS-ZAYAS, Ana Y. Latino Racial Formations in the United States: An Introduction. **The Journal of Latin American Anthropology**, v.8, n. 2, p. 2-16, 2003.
- HOW PRESIDENT TRUMP TOOK 'FAKE NEWS' INTO THE MAINSTREAM. **BBC**, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/av/world-us-canada-46175024>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- KNOCK Down the House. Direção e produção de Rachel Lears. Netflix: 2019.
- MARS, Amanda. Alexandria Ocasio-Cortez, o fenômeno da nova esquerda em Washington. **El País**, Washington. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/14/internacional/1550183671_937782.html>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MARQUES, Angela; MAFRA, Renan; MARTINO, Luis. Um outro olhar sobre a Comunicação Pública: a constituição do sujeito político nas organizações.

Dispositiva - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas, v. 6, p. 76-92, 2017.

MEET ALEXANDRIA. Alexandria Ocasio-Cortez. Disponível em: <<https://www.ocasiocortez.com/about>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

MORRE RUTH BADER GINSBURG, JUÍZA QUE VIROU ÍCONE POP E SEGUROU AVANÇO CONSERVADOR NO SUPREMO DOS EUA. BBC, São Paulo, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54215419>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, Alexandria (AOC). Twitter. 29 de junho de 2018, 6:52 pm. Tweet.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. Boston University. Disponível em: <<http://www.bu.edu/studentactivities/buleads/speakers/alexandria-ocasio-cortez/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. Political Courage | Alexandria Ocasio-Cortez. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eYobSf-B6VU>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. Alexandria Ocasio-Cortez featured on NowThis. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rq4P8FmMAac>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. The Courage to Change | Alexandria Ocasio-Cortez. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rq3QXIVR0bs>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. "What She's Fighting For" | Alexandria Ocasio-Cortez. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1y6TwQSe5Bk>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

OCASIO-CORTEZ, ALEXANDRIA. "It gives me hope for the future." | Alexandria Ocasio-Cortez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9In-d_HRhLo>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

PESQUISA APONTA TRUMP COMO PRINCIPAL DISSEMINADOR DE NOTÍCIAS FALSAS SOBRE COVID. GLOBO NEWS, 01 DE OUTUBRO DE 2020. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/t/todos-os-videos/v/pesquisa-aponta-trump-como-principal-disseminador-de-noticias-falsas-sobre-covid/8904648/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Cidadania, política e sindicalismo no contexto histórico do nascimento das Relações Públicas. BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 1, 2007.

POZZI, Sandro. Financiamentos afundam os estudantes nos EUA: dívidas superam 5,9 trilhões de reais. **El País**, Nova Iorque, 08 de junho de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528282199_859406.html>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

RAMÍREZ, Noelia. Sem padrinho e sem dinheiro: as duas 'millennials' que viralizaram o furacão Alexandria Ocasio-Cortez. **El País**, São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/21/internacional/1542798424_787658.html>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala: 4. ed. São Paulo: Editora Pólen, 2020.

SANDOVAL, Pablo Ximenez de. As mulheres que estão escrevendo o futuro do Partido Democrata. **El País**, Los Angeles. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/30/internacional/1530389665_880132.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

SILVA, Daniel Reis. Astroturfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados. Dissertação (mestrado) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

UNFINISHED BUSINESS: WOMEN RUNNING IN 2018 AND BEYOND. **Center for American Women and Politics**. Disponível em: <<https://live-run-womenrun.pantheonsite.io/by-the-numbers/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

VEJA A CRONOLOGIA DA INVASÃO DO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS POR APOIADORES DE TRUMP. **G1**, 06 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/veja-a-cronologia-da-invasao-do-congresso-dos-estados-unidos-por-apoiadores-de-trump.ghtml>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

VEJA QUEM SÃO OS 5 MORTOS NA INVASÃO AO CONGRESSO DOS EUA. **G1**, 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/12/veja-quem-sao-os-5-mortos-na-invasao-ao-congresso-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

WOMEN IN THE U.S. CONGRESS 2020. **Center for american women and politics**. Disponível em: <www.cawp.rutgers.edu/women-us-congress-2020>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

WOMEN IN THE U.S. CONGRESS 2021. **Center for american women and politics**. Disponível em: <<https://cawp.rutgers.edu/women-us-congress-2021>>. Acesso: em 17 de janeiro de 2021.

WOMEN IN THE U.S. HOUSE 2018. **Center for american women and politics**. Disponível em: <www.cawp.rutgers.edu/women-us-house-representatives-2018>. Acesso: em 17 de janeiro de 2021.

WOMEN OF COLOR IN ELECTIVE OFFICE 2021. **Center for american women and politics**. Disponível em: <<https://cawp.rutgers.edu/women-color-elective-office-2021>>. Acesso: em 17 de janeiro de 2021.

ANEXO I – Transcrição do conteúdo do vídeo 1 “Political Courage | Alexandria Ocasio-Cortez”

“What the Bronx and Queens needs is Medicare-for-all, tuition-free public college, a federal jobs guarantee, and criminal justice reform. It doesn’t take a hundred years to do this, it takes political courage.”

ANEXO II – Transcrição do conteúdo do vídeo 2 “Alexandria Ocasio-Cortez featured on NowThis”

“Our district is 70% people of color and we have never had a person of color represent us in American history. My opponent’s name is Joseph Crowley and he is the leader of the House Democratic Caucus. He takes about \$3 million per cycle from Wall Street pharmaceuticals, luxury real estate developers, private equity groups, and in fact, he actually takes money from the same people who finance the Trump presidency. And so we are giving the first primary election in New York-14 in almost a generation, in 14 years. I grew up seeing how one zip code really determines your destiny. And how public schools were different, hospitals were different, our access, our environment, our air was different, and it all had to go back to the issue of income inequality. And so knowing that, I went to school, I studied policy, I worked for the late Senator Kennedy. Eventually turned to activism, and here I am, running for Congress. Because I don’t take corporate PAC money, that allows me to speak about issues with a level of honesty that people who take millions of dollars from Wall Street cannot. I can talk about how luxury real estate developers are corrupting our local officials. I can talk about how Medicare for All is the option and the solution for health care in this country. I can talk about how we need a renewable energy economy, not by 2050, not by 2040, by 2028. And these things are possible but they require political courage. It’s not just me running a clean campaign, and that’s what make this movement so powerful. So one of the questions I get asked sometimes is, ‘How are you gonna make any change? Even if we do elect you, you’re just one vote, and there are 435 members of Congress, so what does it matter? You know, nothing’s going to change.’ I am part of a national coalition of candidates organized through two organizations, Brand New Congress and Justice Democrats and these are a slate in total of 51 Congressional Candidates Nationwide that have publicly rejected corporate PAC money. If we look at Congress right now, it is homogenous in so many ways. Congress right now is overwhelmingly lawyers. Congress right now is 80% male. Congress right now is overwhelmingly white. And our country is so much more than that.”

ANEXO III – Transcrição do conteúdo do vídeo 3 “The Courage to Change | Alexandria Ocasio-Cortez”

“Women like me aren’t supposed to run for office. I wasn’t born to a wealthy or powerful family. Mother from Puerto Rico, dad from South Bronx. I was born in a place where your zip code determines your destiny. My name is Alexandria Ocasio-Cortez. I’m an educator, an organizer, a working class New Yorker. I worked with expectant mothers, I’ve waited tables and led classrooms, and going into politics wasn’t in the plan, but after 20 years of the same representation, we have to ask: who has New York been changing for? Every day gets harder for working families like mine to get by. The rent gets higher, health care covers less, and our income stays the same. It’s clear that these changes haven’t been for us and we deserve a champion. It’s time to fight for a New York that working families can afford. That’s why I’m running for Congress. This race is about people vs money. We’ve got people, they’ve got money. It’s time we acknowledge that not all Democrats are the same. That a democrat who takes corporate money, profits off foreclosure, doesn’t live here, doesn’t send his kids to our schools, doesn’t drink our water or breathe our air cannot possibly represent us. What the Bronx and Queens needs is Medicare-for-all, tuition-free public college, a federal jobs guarantee, and criminal justice reform. We can do it now, it doesn’t take a hundred years to do this, it takes political courage. A New York for the many is possible. It’s time for one of us. Vote for Alexandria Ocasio-Cortez on June 26.”

ANEXO IV – Transcrição do conteúdo do vídeo 4 "What She's Fighting For" | Alexandria Ocasio-Cortez"

"I support Alexandria. I really appreciate what she believes and what she's fighting for. Big money has way too much influence in our politics. And I also appreciate the position she has on Puerto Rico, the solidarity she has with people who are Americans and are voiceless. I will be voting for Alexandria Ocasio-Cortez. Tuesday, June 26."

ANEXO V – Transcrição do conteúdo do vídeo 5 "It gives me hope for the future"

"Maybe we have a tendency to be cynical, because we look at our elected leaders, who claim they're this, they claim they're that, but they don't actually support what they say. So when I see someone like Alexandria, not just being anti-Trump, which all of us are, but also being for a vision that is going to unite all of us, that's going to put the whole country on a sustainable path forward, it gives me hope for the future. It gives something to live for, to want to fight for. If indeed Alexandria is elected to the United States Congress, this is someone who is going to remember us, who is going to always keep the people at the forefront of her mind and always, absolutely always, fighting for our civil, political and socioeconomic rights. So to all my friends out there who live in NY-14, vote on Tuesday the 26th of June for the best political candidate I think I've ever seen in my lifetime, Alexandria Ocasio-Cortez. This is an election that means so much to everyone. Not only this district, but nationwide."